



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

***IMPACTO DA COOPERAÇÃO  
ANGOLA-CHINA NA CONSTRUÇÃO  
DE INFRAESTRUTURAS E NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
ECONÓMICO***

***Ana Mititi Manuel Pascoal***

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Raquel Lucas

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2013



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

***IMPACTO DA COOPERAÇÃO  
ANGOLA-CHINA NA CONSTRUÇÃO  
DE INFRAESTRUTURAS E NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
ECONÓMICO***

***Ana Mititi Manuel Pascoal***

**Orientação: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Raquel Lucas**

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

**Dissertação**

**Évora, 2013**

***Dedicatória***

À memória do meu pai Lussengomona e da minha filha Gérsia,

com todo amor, respeito e carinho.

À minha mãe Ana, ao meu esposo Ambrósio, à minha filha Anaísia,

e aos meus irmãos, com todo afeto e admiração.

Agradeço a compreensão e o afeto.

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço á Deus pelo glorioso dom da vida.

Aos meus pais Lussengomona Manuel e Ana Fernando João Manuel, por terem feito crescer em mim a vontade de estudar e, por me incentivarem a dar sempre o melhor.

Aos meus irmãos Fernando Manuel, Elizabeth Manuel, Cláudia Manuel, Georgina Manuel e, Alexandrina Manuel, aos meus sobrinhos Tchandiny Cunha, Cláudio da Cruz, Maria Madalena Garrett e José Maria Garrett, pelos momentos inesquecíveis que passamos juntos.

A minha filha Anaísia, pela companhia, cumplicidade e pelo incentivo que a sua alegria transmite para o meu coração. Amo você filha...

Ao meu esposo Ambrósio e a minha cunhada Tomásia pela vivência de todos os dias.

Aos meus afilhados, porque a madrinha espera que vós sejais meus discípulos nos estudos.

As minhas queridas amigas Marquinha André, Filomena Ferreira, Florinda João, Sónia Manjenje, Selma Neto, Blandina Lando, Marinela Augusto, entre outros, pelo companheirismo de vários anos.

A professora Doutora Maria Raquel Lucas por me mostrar um caminho de luz e vitória. Jamais vou esquecer você professora!...

A Direção do curso de mestrado e ao coletivo de docentes, pela oportuna forma científica de dirigir este curso e, pelo grande acervo de conhecimentos transmitidos durante o meu percurso nesta universidade.

Agradeço ainda todos os órgãos públicos e privados, por terem facilitado a minha investigação para o fecho desta dissertação.

Agradecimentos em geral, por todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este momento se tornasse realidade.

Bem Hajam!

## Resumo

Após o conflito o Governo de Angola desenvolveu medidas de reestruturação visando a recuperação de infraestruturas básicas, particularmente através da cooperação com a China.

Assim, importa saber se o contributo da China ajudou de fato ao desenvolvimento de Angola e conseqüentemente ao de África. O presente trabalho tem como objetivo principal procurar compreender a cooperação entre Angola e a China e as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período de 2010-2011. Para a sua realização foi adotada uma metodologia de investigação de tipo qualitativo, com recurso a pesquisa documental e à entrevista a especialistas como técnica de recolha de dados primários. A análise da informação foi realizada em função do objetivo de estudo por meio de análise dos conteúdos. Os resultados demonstram a importância e os benefícios mútuos da cooperação Angola-China, fundamentalmente suportada no petróleo e o seu contributo para a criação de infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento social e económico do país. Apesar das dificuldades e limitações da pesquisa, seja pela qualidade da informação estatística e documental recolhida, muitas vezes contraditória em função da fonte considerada, seja pela falta de experiência de investigação e falta de disponibilidade dos entrevistados, os resultados encontrados permitem retirar algumas conclusões assim como sugerir orientações e pistas de pesquisa futura.

**Palavras-chaves:** Angola-China, Cooperação, Desenvolvimento, Impacto, Reconstrução.

### ***Abstract***

After the conflict the Government of Angola has developed restructuring measures aimed at the recovery of basic infrastructure, particularly through cooperation with China. It is therefore important to know whether the contribution of China actually helped the development of Angola and consequently to Africa. This work has as main objective to seek to understand the cooperation between Angola and China and the economic and social infrastructure development generated in the period 2010-2011. For it, a qualitative research methodology was adopted, using documentary research and interviews with experts to collecting primary data. The data analysis was performed according to the purpose of the study by analyzing the contents. Results show both, the importance and mutual benefits of Angola-China cooperation, supported on oil and, it contribute to the social and economic development. Despite the difficulties and limitations of the research, related with the statistical information quality and the documentation accessed and collected, the results allow some conclusions as suggest guidelines for future research and clues.

**Key-Words:** Angola-China, Cooperation, Development, Impact, Reconstruction

# Índice

AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	IV
ÍNDICE .....	V
LISTA DE FIGURAS .....	VII
LISTA DE QUADROS .....	IX
ABREVIATURAS .....	X
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Enquadramento Geral.....	1
1.2 Tema e Objetivos de Investigação.....	3
1.3 Procedimento Metodológico.....	3
1.4 Estrutura e Organização do Trabalho .....	5
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7
2.1 A Cooperação Internacional.....	7
2.1.1 Conceito, Objetivos e Princípios Gerais .....	7
2.1.2 Teorias da Cooperação Internacional.....	10
2.1.3 Cooperação Internacional e Economia do Desenvolvimento .....	15
2.1.4 Cooperação Internacional e Relações Internacionais .....	20
2.1.5 Cooperação entre a China e África .....	26
2.2 A Cooperação Económica entre Angola e a China.....	31
2.2.1 História Recente de Angola .....	31
2.2.2 Cooperação Bilateral Angola-China .....	32
2.2.3 Linhas de Crédito e Projectos Financiados .....	35
CAPÍTULO III – METODOLOGIA APLICADA.....	39

3.1 Método de Pesquisa .....	39
3.2 Desenho Metodológico da Investigação .....	41
3.3 População e Amostra .....	45
3.4 Recolha de Informação .....	46
3.4.1 Desenho da Entrevista .....	49
3.5 Análise da Informação .....	53
CAPÍTULO IV – CONTRIBUTO E IMPACTO DA CHINA NO DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA .....	55
4.1 Caraterização dos Entrevistados .....	55
4.2. Discussão dos Resultados .....	56
4.2.1 Importância da Cooperação Chinesa em Angola .....	57
4.2.2 Mecanismos de Cooperação com a China .....	58
4.2.3 Benefícios Mútuos da Cooperação com a China .....	60
4.2.4 Benefícios Mútuos de Outras Cooperções .....	61
4.2.5 Indicadores de Desenvolvimento Económico e Social .....	62
4.2.6 Futuro .....	63
4.3 Pontos Fortes, Fracos, Ameaças e Oportunidades .....	64
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
5.1 Conclusões do estudo.....	67
5.2 Limitações .....	70
5.3 Recomendações e Perspetivas de Pesquisa Futura .....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	73
APÊNDICES .....	83
APÊNDICE A: GUIÃO DE ENTREVISTA .....	85
APÊNDICE B: TEXTO DA MENSAGEM A SOLICITAR A ENTREVISTA.....	87



## Lista de Figuras

FIGURA 1 – PIRÂMIDE DE BEM-ESTAR.....	26
FIGURA 2 – RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-AFRICANAS E SINO-ANGOLANAS (M\$USD).....	37
FIGURA 3 – ETAPAS DA PESQUISA QUALITATIVA .....	42



## Lista de Quadros

QUADRO 1 – CONSENSUS DE WASHINGTON E CONSENSUS DE WASHINGTON COMPLETADO .....	24
QUADRO 2 – NOVO CONSENSO: SÍNTESE DAS IDEIAS-CHAVE .....	25
QUADRO 3 – PROCURA DE RECURSOS PELA CHINA EM ÁFRICA .....	30
QUADRO 4 – PESQUISA QUANTITATIVA VERSUS PESQUISA QUALITATIVA.....	40
QUADRO 5 – FONTES DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO: VANTAGENS E INCONVENIENTES .....	44
QUADRO 6 – AMOSTRA SELECIONADA PARA A EXECUÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	46
QUADRO 7 – UNIDADES DE DESCRIÇÃO E UNIDADES DE REGISTO .....	65

# Abreviaturas

AMGI – ASSOCIAÇÃO MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTO  
AID – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
BAD - BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO  
BCEAO – BANCO DA COMUNIDADE ECONÓMICA DA ÁFRICA OCIDENTAL  
BIRD – BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
BM - BANCO MUNDIAL  
BNA – BANCO NACIONAL DE ANGOLA  
CAD – CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO  
CEA – COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA DA ONU  
CECEP - COMISSARIADO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA E PLANO  
CEPAL – COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA  
CFA – COMUNIDADE FRANCÓFONA DA ÁFRICA  
CIDAC – CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ANTI – COLONIAL (NA FUNDAÇÃO) OU  
CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL (APÓS – 1974)  
CILSS - COMISSÃO INTER ESTADOS PARA A LUTA CONTRA A SECA NO SAHEL  
CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento  
COMECON – CONSELHO ECONÓMICO DE AJUDA MÚTUA  
CWIQ - CORE WELFARE INDICATORS QUESTIONNAIRE  
DENARP – DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE APOIO À REDUÇÃO DA POBREZA  
EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
FAO – ORGANIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO  
FLING – FRENTE DE LIBERTAÇÃO PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DA GUINÉ  
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL  
FNUAP- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ATIVIDADES DA POPULAÇÃO  
FCFA – FRANCO DA CFA  
HIPC - HEAVELY INDEBT POOR COUNTRIES  
ICOF - INQUÉRITO AO CONSUMO E ORÇAMENTOS FAMILIARES  
IDA – Índice do Desempenho do Desenvolvimento  
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
IDS – INSTITUTE OF DEVELOPMENT STUDIES  
IED- INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS  
ILJF - INQUÉRITO LIGEIRO JUNTO DAS FAMÍLIAS  
ILO – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO  
IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND  
INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL  
INEC - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DA GUINÉ-BISSAU  
LSMS – LIVING STANDARDS MEASUREMENTS STUDY  
NATCAP - NATIONAL AND TECHNICAL COOPERATION ASSESSMENT PROGRAM  
NEPAD – NOVA ESTRATÉGIA DE PARCERIA AFRICANA PARA O DESENVOLVIMENTO  
NLTPS - NATIONAL LONG TERM PERSPECTIVES STUDIES.  
OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
ONG – ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS  
ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS  
OPEC – ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO  
OUA – ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA  
PAE – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL  
PANUREDA – PROGRAMME D’ ACTION DES NATIONS UNIES POUR LE REDRESSEMENT ÉCONOMIQUE ET LE DEVELOPPEMENT DE L’ AFRIQUE  
PASI - PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURAL  
PEE – PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA  
PIP – PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO  
PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PPA – PURCHASE POWER PARITY  
PPC – PARIDADE DE PODER DE COMPRA  
RDC- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO  
RSMS – REVISED MINIMUM STANDARD MODEL  
SDA – DIMENSÕES SOCIAIS DO AJUSTAMENTO  
SEE – SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO  
SFI – SOCIEDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL  
UE – UNIÃO EUROPEIA  
UGREP - UNIDADE DE GESTÃO DAS PRIVATIZAÇÕES  
UNCTAD – CONFERÊNCIA DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS  
UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA  
WB – WORLD BANK

# Capítulo I – Introdução

## 1.1 Enquadramento Geral

A cooperação como o ato de cooperar, existe desde há muitos séculos, praticamente desde o aparecimento de unidades políticas às quais se associa a noção de Estado. É através dessa cooperação que os países e nações formam laços de amizade e intercâmbio. Contudo, a noção atual da cooperação internacional, sobretudo no que se refere à ajuda ao desenvolvimento, é recente, quando da criação das Nações Unidas em 1945. Consequente da Segunda Guerra Mundial, foram criadas as condições para um novo ordenamento das relações internacionais, fundamentado na paz, na cooperação e na perspectiva de atuação coletiva na prossecução de interesses comuns (ONU, 1945).

Como um ator das relações internacionais, a cooperação revela-se em dois sentidos: o primeiro entre dois países ou Estados, designado de cooperação bilateral e, o segundo, mais abrangente porque relacionado a mais de dois países ou Estados, a cooperação multilateral. Embora as relações internacionais possam desenvolver-se de forma unilateral, bilateral, regional, pluralista, ou multilateral, no contexto da presente dissertação, apenas duas modalidades, a bilateral e a multilateral, são consideradas (Caetano, 2002).

No relacionamento com África, a China é um dos países que se tem conseguido impor como parceiro de desenvolvimento através de uma diplomacia que combina a não-interferência política com incentivos económicos, numa base de amizade histórica e benefícios mútuos. Essa cooperação teve início em 1956, com o Egito e intensificou-se a partir dos anos noventa, em novos moldes de cooperação, quando o país se tornou um importador líquido de petróleo, iniciando um conjunto de reformas económicas e de integração na economia global e o reforço das relações com a Europa e os Estados Unidos (Ferreira, 2010).

Esse novo formato de cooperação adotado pela China assentava em motivações pragmáticas e colocava a ênfase nas relações económicas e na satisfação das necessidades de recursos e energia. Segundo Ferreira (2010), os efeitos positivos do reforço do envolvimento chinês na economia dos países africanos são evidentes, embora difíceis de quantificar no que respeita à ajuda ao desenvolvimento. Ainda assim, existe um aumento exponencial dos fluxos da cooperação chinesa, das trocas comerciais e dos projetos de investimento, estimando a autora que este comércio e investimento sejam responsável por 1 a 2% do crescimento económico de África entre 2005-2010 (Ferreira, 2010). Em muitos países, como é o caso de Angola, o investimento chinês tem permitido o país dotar-se de infraestruturas básicas imprescindíveis ao desenvolvimento ou encetar processos de reconstrução mais rápidos (Ferreira, 2010).

Medidas de reestruturação, visando a recuperação de infraestruturas básicas e a reanimação económica como instrumentos de desenvolvimento do país, foram prioridade do governo de Angola, após o conflito e o restabelecimento da paz. Porém, dificuldades estruturais sintetizadas na escassez de recursos financeiros, na qualificação humana, na pobreza e na situação no quadro do mundo global, não lhes foram favoráveis. Daí o recurso à área de cooperação multilateral através do Clube de Paris e do Fundo Monetário Internacional (FMI) mas, fatores discordantes como a transparência na aplicação dos recursos provenientes do petróleo e a “boa governação” impediram a sua continuação. O estabelecimento dos acordos de cooperação bilateral para recuperação de infraestruturas, tendo como fator conjuntural o preço do petróleo enquanto responsável pela aproximação de Angola e da China, surgem neste contexto.

Desta forma, parece pertinente e oportuno investigar o contributo da China ao desenvolvimento de Angola e conseqüentemente ao de África, no período em causa. Apesar do relativamente importante crescimento económico do país nos últimos anos existe pouca investigação que o explique e valide. Neste contexto, quer em termos académicos, quer em termos empresariais ou nacionais, justifica-se estudar a temática da cooperação Angola-China, nomeadamente conhecer o contributo para o desenvolvimento do apoio que a China tem prestado em Angola, sendo esse o propósito do presente trabalho.

## 1.2 Tema e Objetivos de Investigação

A partir da opinião de alguns dos principais intervenientes, este trabalho tem como objetivo principal conhecer as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China. Mas especificamente pretende-se conhecer o papel da China no âmbito da construção dessas infraestruturas e o seu impacto no processo de reconstrução de Angola. O tema justifica-se por ser um assunto pertinente para o país e também pelo seu interesse internacional.

Constituem ainda objetivos específicos da investigação:

- Conhecer a intervenção chinesa na criação de infraestruturas na zona em estudo, nomeadamente os investimentos de reconstrução;
- Identificar as razões do investimento chinês em Angola: responder aos objetivos do governo ou captação de recursos para a China;
- Identificar a criação e/ou estabelecimento de empresas privadas em Angola resultantes do investimento chinês anteriormente mencionado;
- Identificar se o investimento chinês está associado à melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social;
- Reconhecer as potencialidades e debilidades da cooperação Angola-China, assim como as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

## 1.3 Procedimento Metodológico

Para Sangreman (2009) não existe, a nível internacional, uma metodologia consensual de análise da cooperação internacional para o desenvolvimento, variando muito os métodos usados. Ainda assim o autor considera de desejável interesse ter uma metodologia unificada que permitisse uma análise comum de todos os atores/intervenientes quer numa ótica política quer técnica, aumentando a coesão entre eles.



Numa perspetiva académica, existe grande diversidade de procedimentos metodológicos disponíveis para a realização de um processo de pesquisa, tendo-se optado pela pesquisa aplicada e pela criação de conhecimentos direcionados para a solução de problemas específicos (Cervo e Bervian, 1983) e pela pesquisa exploratória e descritiva (Cervo e Bervian, 1983, Vergara, 2004), com corte transversal.

A pesquisa é exploratória porque o propósito do estudo é descrever e clarificar conceitos em cujo domínio existe pouco material bibliográfico. Embora seja um tema atual, não existe muita informação desagregada sobre o problema em estudo, sobretudo em Angola. São igualmente escassos ou nulos os estudos e as informações cientificamente produzidas que atendam às necessidades da investigação em causa.

Trata-se de uma investigação teórica e documental a complementar com um estudo empírico e recolha de dados. O trabalho será realizado na perspetiva de uma “pesquisa descritiva”, com o exame do estado atual na zona envolvente a estudar que é, mostrar a intervenção chinesa sobre a criação de infraestruturas e o seu impacto no desenvolvimento económico e social.

A pesquisa é de corte transversal uma vez que a recolha de dados ocorreu num determinado momento (prevalência) e não ao longo do tempo (incidência). Não houve a intenção de avaliar as variações com o decorrer do tempo.

Para a realização deste estudo foi adotada uma metodologia de investigação de tipo qualitativo, pois as suas características apontaram-na como particularmente adequada para a investigação que se pretendia realizar.

O instrumento de medida utilizado ou técnica de recolha de dados primários foi a entrevista aos principais intervenientes, nomeadamente, na cooperação, na criação de infraestruturas, na criação/angariação de empresas privadas mas também de outros responsáveis políticos, académicos e especialistas. A análise da informação foi realizada em função do objetivo de estudo por meio de análise dos conteúdos. Os resultados da análise das entrevistas são apresentados através de figuras e quadros e de explicações no contexto do estudo e as principais conclusões retiradas.

## 1.4 Estrutura e Organização do Trabalho

A dissertação está dividida em capítulos e subcapítulos, encontrando-se estruturado do seguinte modo:

*Capítulo I – Introdução*, onde se faz o enquadramento do tema, se definem os objetivos a atingir e, se apresentam resumidamente a metodologia utilizada e a estrutura e organização do trabalho.

*Capítulo II – Enquadramento teórico*, incidente quer no paradigma de cooperação internacional e nas escolas, pensamentos e discursos mais significativos da economia do desenvolvimento e das Relações Internacionais, quer, mais especificamente, na cooperação entre Angola e a China. Ou seja, é revisto o quadro teórico da cooperação para o desenvolvimento (teorias, períodos marcantes e preocupações para o século XXI) assim como comparadas as visões ocidental e chinesa e a cooperação entre a China e África. É ainda revista a história recente de Angola (movimentos de libertação e seu relacionamento com a China) assim como feitas as caracterizações económica e social do país e da cooperação bilateral Angola-China e a análise das linhas de crédito disponíveis assim como das potencialidades ao comércio e ao investimento privado.

*Capítulo III – Metodologia Aplicada*: neste capítulo descrevem-se as diversas fases que constituem o desenho da investigação, de modo a alcançar os objetivos propostos. Referenciam-se e caracterizam-se os processos de recolha de informação e o instrumento de investigação aplicado assim como o tratamento e análise dos dados realizados.

*Capítulo IV – Contributo e Impacto da China no Desenvolvimento de Angola*: neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos na investigação, nomeadamente o impacto social e económico da construção e recuperação de infraestruturas, o progresso registado na economia e na sociedade – na ótica dos benefícios económicos gerados e da redução da pobreza conseguida. Assim como efetuada uma comparação da perspetiva e da prospetiva com a realidade.

*Capítulo V – Considerações Finais:* neste capítulo são apresentadas as principais conclusões sobre o impacto da cooperação Angola-China na construção de infraestruturas e no desenvolvimento social económico, assim como as limitações e as recomendações de pesquisa futura resultantes do trabalho realizado.

## Capítulo II – Enquadramento Teórico

Neste capítulo faz-se o enquadramento teórico da temática em estudo, fazendo referência quer à Cooperação Internacional, quer à cooperação Angola-China. Numa primeira parte, procede-se à caracterização do conceito e objetivos da cooperação internacional a que se segue a sua contextualização quer na ótica da economia do desenvolvimento e correspondentes teorias, quer na ótica das relações internacionais e correspondentes normativas. A segunda parte incide na cooperação económica entre Angola e a China.

### 2.1 A Cooperação Internacional

As relações internacionais amigáveis não se desenrolam apenas no quadro da reciprocidade (relações diplomáticas, consulares, diplomacia ad hoc), no qual os interesses de um Estado são satisfeitos pela conduta de outro Estado, e vice-versa. Desenvolvem-se também através da coordenação de seus esforços, sobretudo em matéria económica, social, cultural e militar (Caetano, 2002).

Com efeito, a necessidade de promover o desenvolvimento económico e social, de preservar a paz mundial, a luta pela pobreza, o trabalho forçado, as epidemias, o narcotráfico e, o analfabetismo, leva os Estados a desenvolver relações de cooperação, conceito que tem sido interpretado de várias formas.

A cooperação internacional com vista ao desenvolvimento representa o objetivo e o dever comum de todos os países. Ou seja, o bem-estar político, económico e social das atuais e futuras gerações, depende mais do que nunca, da existência entre todos os membros da comunidade internacional, de um espírito de cooperação baseado na igualdade soberana e, na supressão do desequilíbrio que existe entre eles. (Caetano, 2002, p.89).

#### 2.1.1 Conceito, Objetivos e Princípios Gerais

A cooperação internacional é a parceria entre dois ou mais Estados em vários domínios com objetivo de ganhos e benefícios mútuos. Trata não apenas da política de ajuda

económica ou cultural a países em vias de desenvolvimento, mas também do estreitamento de laços em vários domínios da vida económica, política, social, cultural, científica e tecnológica entre países, para a prossecução de objetivos comuns no quadro bilateral e multilateral. A cooperação é assim um meio para se chegar a um determinado fim e, não um fim em si mesma (Dougherty e Altzgraff, 2003).

A cooperação tem sido definida como um conjunto de relações que não estão baseadas na coação ou no constrangimento, mas legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes. É com base nisto que os Estados podem desenvolver relações de cooperação em função dos seus interesses, circunscrevendo a sua participação em organizações internacionais ou em outras formas de cooperação que têm haver com os regimes internacionais, definidos como conjunto de regras, regulamentos, normas e processos de tomada de decisões consensuais, no seio dos quais os Estados procuram dirimir certas questões e em torno dos quais convergem as expectativas do ator (Dougherty e Altzgraff, 2003, p.642). A cooperação como ato de cooperar tem o objetivo de realizar um projeto ou acordo entre dois ou mais Estados.

Com o passar do tempo a política de cooperação económica foi aumentando e atualmente já é visível em diferentes países o desenvolvimento cada vez maior desta política. Angola, por exemplo, tem parceria com vários países e não só economicamente, mas em diferentes áreas. Em cada um destes países o governo angolano procura não só o benefício próprio, mas o benefício de ambas as partes.

De acordo com os fundamentos teóricos e ideológicos da cooperação, existem três princípios gerais da cooperação internacional que são: os princípios da igualdade, solidariedade e reciprocidade.

#### Princípio da Igualdade

Sob o ponto de vista do Direito Internacional Público e, de acordo com o artigo 2º, ponto 1, do capítulo I, sobre os princípios e objetivos das Nações Unidas, todos os Estados são iguais, mas na realidade o mundo é governado por desigualdades. Vários fatores estão na base dessas desigualdades dentre os quais se destacam os fatores

geográfico, demográfico, económico, tecnológico e, militar influenciando grandemente as relações entre Estados, tanto no âmbito bilateral como no multilateral.

A igualdade, que serve apenas para tornar as relações entre países mais credíveis, é vista em duas, a igualdade na independência política e, a igualdade das possibilidades económicas. Em relação a esta última, ela consiste em acordar os mesmos direitos e deveres a todos Estados sejam quais forem os seus poderes e riquezas (Katond, 1998).

Contudo, esta acepção tem sido interpretada de maneira diferente pelos países subdesenvolvidos, pois, estes acreditam que a mesma não toma em consideração a desigualdade material, acrescentando para tal algumas correções que levam a um tratamento diferenciado e mais favorável para aquele grupo de países, implicando uma discriminação positiva e, a ação afirmativa, que se traduz no sistema de dualismo de normas.

Este sistema que consiste em conceder algumas vantagens sem contrapartida, aparece assim como a expressão da vontade dos Estados em operar transformações nas normas que regem as relações internacionais e adapta-las á situação económica dos países em desenvolvimento.

### *Princípio da Solidariedade*

Trata-se do complemento do primeiro, pois na cooperação é preciso que haja um sentimento de caminhar em conjunto, tanto no bem como no mal, ou em situações favoráveis ou desfavoráveis. A solidariedade implica uma espécie de progressão conjunta, apesar de muitas vezes haver uma solidariedade no sentido único. O essencial da filosofia que norteia este princípio está consagrado no artigo 1º, ponto 3, capítulo I, da Carta das Nações Unidas, sobre os princípios e objetivos, onde os membros comprometem-se a realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e, pelas liberdades fundamentais para todos sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (ONU, 1945).

### Princípio da Reciprocidade

É mais um princípio meramente diplomático do que da cooperação, pois quando um ator entre em relação com o outro, o primeiro aguarda a mesma atitude do segundo.

Nas relações de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, não existe reciprocidade em virtude de estarem em pé de igualdade, razão pela qual na maior parte das vezes tem existido na cooperação um desequilíbrio de vantagens em detrimento dos países em desenvolvimento, implicando assim uma relação de dependência, enquanto entre países ricos há um equilíbrio de vantagens (Katond, 1998).

### **2.1.2 Teorias da Cooperação Internacional**

Para além da guerra, da fragmentação política e do conflito, outra das principais questões abordadas pela teoria da cooperação internacional é a cooperação, a integração e a paz. Como e porquê cooperam os Estados, desenvolvem processos de integração e relações pacíficas? Quais as razões que levam os Estados a juntarem-se em associações cooperativas do tipo das alianças e coligações? Quais são as condições que determinam momentos de avanço, mas também de retrocesso, em organizações regionais do tipo da União Europeia (Dougherty e Altzgraff, 2003, p.641).

A cooperação internacional pode ocorrer em resultado de ajustamento dos atores e em resposta, ou por antecipação das preferências de outros atores. A cooperação pode ser concertada num processo de negociação quer explícito quer tácito. Ela pode resultar de uma relação entre um ator mais forte e um mais fraco. O poder hegemónico contribui assim para o comportamento cooperativo ao fornecer a base para a realização de vantagens mútuas sob a forma de mercados em expansão ou proteção militar. Aos Estados podem desenvolver relações cooperativas em resultado da sua participação em organizações internacionais e em outras formas de cooperação como os regimes internacionais, definidos como conjunto de regras, regulamentos, normas e processos de tomada de decisões consensuais, no seio dos quais os Estados buscam ultrapassar determinadas questões em torno dos quais não divergem as expectativas do ator.

A questão de saber como e porquê os Estados definem os seus interesses em termos que incluem a participação em instituições internacionais, coligações e alianças representa um vasto campo para a teorização. Dado que a cooperação internacional ocorre

necessariamente, num cenário descentralizado desprovido de instituições e de normas eficazes para regular as relações entre as unidades culturalmente diferenciadas e geograficamente separadas, torna-se essencial separar os problemas que resultam de uma inadequada troca de informações acerca das motivações e intenções das várias partes.

A repetição frequente das interações, o desenvolvimento de uma maior comunicação e transferência entre os estados sob a forma de intercâmbios de informação acerca dos objetivos da cooperação e o desenvolvimento das instituições em que tais padrões cooperativos podem ser materializados, constituem ingredientes de uma teoria da cooperação baseada no egoísmo dos interesses e no contexto de um sistema internacional anárquico (Dougherty e Altzgraff, 2003).

Para os realistas, os princípios morais universais não podem ser aplicados a situações específicas, ao contrário, a ação política tem de ser julgada em função do cumprimento do objetivo básico que consiste na garantia do interesse nacional, o que significa, em última instância, a sobrevivência do Estado. Para os utopistas, os padrões morais universais fornecem a base para a avaliação do comportamento do Estado.

As teorias de cooperação e integração internacional propõem-se a explicar o comportamento num contexto descentralizado em que os Estados enfrentam problemas que exigem soluções que ultrapassam o próprio Estado. Isto inclui os setores funcionais específicos como a **política comercial**, para a qual se acredita existir a necessidade de promover comportamentos cooperativos. Estas funções são tidas no sentido de transcenderem a capacidade de que o Estado-nação dispõe para chegar, unilateralmente a soluções satisfatórias. Desta forma, os Estados têm interesse nas relações cooperativas que conduzem a soluções aceitáveis por todos, para problemas comuns.

Para além da política comercial, a agenda de assuntos que apelam para ações cooperativas inclui por exemplo, o ambiente, as telecomunicações, a imigração, a saúde, o investimento, a política monetária e, a segurança das linhas aéreas. Em contraste com a política de segurança militar, aquilo que é tido como alta política e que, merece grande



atenção por parte da **teoria realista**, diz-se que esta outra agenda é composta por assuntos que consistem a pequena política.

Em vez da questão da natureza do conflito numa sociedade anárquica, a atenção vai aqui para as circunstâncias que fazem com que os Estados optem pela cooperação funcional em assuntos específicos em relação aos quais partilham interesses comuns e que não podem ser resolvidos unilateralmente pelo Estado-nação se, se quiser que todos beneficiem.

A teoria da cooperação assenta em dois princípios fundamentais: o funcionalismo e o neofuncionalismo.

A teoria funcionalista da integração assenta num postulado utilitarista e é orientada essencialmente para a ação. Esta teoria considera que o caminho mais seguro para a integração e para a paz é, o da cooperação ao nível de certas tarefas funcionais de natureza técnica e económica e, não o da criação de novas estruturas institucionais no plano político. Nesta perspetiva, as organizações internacionais funcionais, adaptadas as necessidades constantes em mudança, estariam mais aptas do que os próprios Estados a desempenhar determinadas tarefas e, através da sua atividade, congregariam gradualmente as lealdades nacionais e afastariam qualquer suspeita do controlo supranacional. Para o funcionalismo, a cooperação baseada nas necessidades funcionais deveria permitir, a longo prazo, uma verdadeira unificação de natureza política.

A doutrina funcionalista articula-se em cinco princípios fundamentais que são:

- 1. Não-territorialidade da autoridade.** Ao contrário das noções de política e de território que são entendidas no sentido de que a lei se dirige as populações de um dado território, o funcionalismo pretende dissociar a autoridade da audiência territorial. A autoridade é funcional, é concebida em função da atividade específica. A cooperação funcionalista da autoridade permite a sobreposição ou a intersecção de diversas autoridades: interesses comuns podem ser geridos a nível local (a navegação num rio internacional, por exemplo), a nível regional (a produção do carvão e aço, por exemplo), ou a nível mundial (a aviação civil, por exemplo) (Dougherty e Alzgraff, 2003).

**2. Separação entre as competências propriamente políticas (defesa, política externa) e, as competências técnico-económicas.** A perspectiva funcionalista olha para as relações internacionais em termos de necessidades comuns ou de problemas a resolver em conjunto pela cooperação internacional. Alias, o conceito de necessidades socioeconómicas comuns é um conceito axial da doutrina funcionalista.

**3- Carácter utilitário de obediência e, portanto o seu fracionamento possível.** Este dogma funcionalista pretende que a obediência das populações se dirija para as organizações internacionais, que satisfarão melhor as suas necessidades materiais comuns. A lealdade da era funcionalista distingue-se da lealdade tradicional, que se concentra num determinado Estado.

**4- Ramificação ou transferência de um domínio para o outro do hábito de cooperação intergovernamental.** Conseguida num dado domínio, esta prática é suscetível de se propagar automaticamente a outros domínios da ramificação, que permite a passagem da cooperação em matérias políticas. Deste modo, parece contraditório com o princípio da separação das duas ordens de competências mas de facto não o é, por essa separação ser de ordem tática ou instrumental e o princípio da separação derivar de um princípio de simples prioridade (não de exclusividade) da cooperação internacional.

**5- Procura de uma estratégia da paz internacional.** Para o funcionalismo, a estratégia da paz internacional consiste em tirar o máximo proveito do potencial integrador das matérias socioeconómicas. Não se trata de construir a paz por uma relação de discussão, mas de suscitar a paz pela gestão comum ou internacional das necessidades técnico-sócio-económicas, pela criação de solidariedades internacionais crescentes, que se traduzirão numa erosão gradual das soberanias político-territoriais.

A teoria funcionalista da integração foi complementada com os trabalhos dos chamados neofuncionalistas, nos quais se consta uma tendência de aplicação empírica dos postulados funcionalistas, que levou ao reconhecimento da importância da dimensão política (e nomeadamente da escolha de decisões políticas), em todo o processo de integração e, por conseguinte, da ausência de uma passagem automática da cooperação e da organização funcional a integração política.

A teoria neofuncionalista da integração foi desenvolvida essencialmente por Haas (1961) e Lindberg (1963). É a partir da experiência da comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que Ernest Haas (1958) elabora a sua teoria da integração funcional. Para Haas (1961), a integração internacional é, o processo pelo qual os atores políticos de diferentes comunidades nacionais são levados a reorientar as suas lealdades, as suas aspirações e as suas atividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuem, ou procuram possuir competências que sobrepõem as dos Estados nacionais preexistentes (Dougherty e Alzgraff, 2003). Ainda segundo Haas (1961), um dos principais teóricos do neofuncionalismo, a integração não são as questões técnicas que iniciam o processo de integração mas questões políticas e económicas, considerando haver quatro motivações principais para integração: segurança comum, desenvolvimento económico e bem-estar social, o controlo dos seus aliados menores por um Estado mais forte e, a vontade comum de unificar as sociedades.

Haas (1961) sustenta que a integração ocorre a partir de um núcleo central que avança com o aprofundamento do processo de integração, criando instituições supranacionais e a mobilização de outros atores as sociedade interessadas na cooperação. Ou seja, o autor introduz neste contexto, o conceito do *spill over* que através de um núcleo funcional provoca estímulos à integração de novos atores e setores no processo. Consequentemente, para haver sucesso da integração deve existir um compromisso ideológico que induz quer a partilha de valores e de interesses, quer, a transferência gradual de lealdades dos atores domésticos para uma Organização Internacional, com expectativa de benefícios futuros. Assim, a integração económica desencadeia um processo de politização gradual, onde as decisões tomadas pelas instituições centrais levam os diversos grupos a organizarem-se e, permitindo alargar progressivamente a dinâmica ascendente da integração a grupos não incluídos na origem, a outros setores económicos e políticos e, mesmo, a países terceiros. Chegado ao seu termo, o processo de integração pode conduzir à criação de um novo Estado.

Para Lindberg (1963 e 1971), a integração é o processo pelo qual os Estados renunciam ao desejo e a faculdade de conduzir independentemente uns dos outros a sua política

externa, assim como as suas principais políticas domésticas e, procuram tomar decisões em conjunto ou delegar o processo de decisão a um novo órgão central.

A diferença entre o funcionalismo e o neofuncionalismo é manifesta. A primeira doutrina dilui as soberanias existentes espartilhando-as entre múltiplas organizações intergovernamentais, enquanto o neofuncionalismo mina as soberanias políticas existentes pela reconstrução de uma nova soberania a nível superior. Na doutrina neofuncionalista, a conceção do poder político é territorial, o objetivo é de recriar progressivamente um superestado com expressão territorial.

Os agentes motores dos processos de integração política pela via neofuncionalista são elites socioeconómicas, enquanto o funcionalismo tradicional dá ênfase ao desenvolvimento progressivo de uma lealdade universal popular as organizações de cooperação internacional. Por outro lado, se o fundamento da doutrina funcionalista é a satisfação das necessidades socioeconómicas comuns, a teoria neofuncionalista procura, pelo contrário, tirar partido da competição entre diversos interesses setoriais e das suas combinações sucessivas.

Os funcionalistas retomam do funcionalismo clássico os princípios da separação das duas ordens de competências e a prioridade das matérias socioeconómicas, bem como o princípio gradualista da engrenagem, mas enquanto a doutrina funcionalista pressupõe que a formação de uma comunidade política é uma consequência natural da cooperação técnica, os neofuncionalistas defendem que o aspeto necessita de ser articulado com a cooperação técnica mediante a criação de instituições centrais.

### **2.1.3 Cooperação Internacional e Economia do Desenvolvimento**

Para a economia do desenvolvimento o papel da cooperação internacional foi evoluindo conforme as teorias dominantes, das quais, as mais generalizadas são: a) a do pensamento de base dualista; b) a do desenvolvimento por etapas; c) a do desenvolvimento equilibrado/desequilibrado; d) as propostas neoclássicas; e) a teoria estruturalista; f) a escola da dependência; g) a teoria do sistema – mundo e, g) outras teorias e estratégias.

Segundo Lerner (1968), a teoria da modernização pôs a tónica do desenvolvimento como parte integrante num processo de transformação da sociedade o qual não pode apenas ser analisado com base em variáveis económicas. Outros autores (Weber, 1864 – 1958, Redfield, 1897 - 1958, Eisenstadt, 1923 - ou Hoselitz, 1913 -) defenderam a sociedade ocidental (Europa e Estados Unidos da América) como modelo de desenvolvimento a seguir pelos países ainda não desenvolvidos (Sangreman, 2009). Neste contexto, a função da cooperação internacional seria dotar os países menos desenvolvidos de recursos para atingirem, num determinado período de tempo, o padrão ocidental.

Para a escola de tendências dualistas (Lewis, 1954, Mynt, 1964, Higgins, 1959 e Harris, e Todaro, 1970) o desenvolvimento é entendido como um sistema com seções que funcionavam com cargos e a ritmos diferentes no provimento de capital, na mão-de-obra e nas poupanças. A cooperação internacional era responsável pelo fornecimento de capital para investimento através do aumento da poupança interna e das divisas necessárias para equilibrar as contas correntes com o exterior.

Em alternativa à teoria da história moderna de Karl Marx e pressupondo que viria a existir uma duradoura satisfação de bens de consumo, Rostow (1960), estruturava o desenvolvimento das sociedades nas seguintes fases: a) sociedade tradicional; b) existência de condições prévias para o impulso inicial (take-off); c) o impulso inicial (take-off); d) o caminho para a maturidade; e) a era do consumo em massa. O surgimento desta teoria, coincidindo com os processos de independência de muitos países africanos colonizados por belgas, inglesas e francesas, foi determinante do pensamento sobre as estratégias de cooperação internacional a seguir nesses países (Sangreman, 2009).

Anteriormente, a ausência de poupança e, em consequência, de investimento fora sustentada por Nurske (1953) para justificar a necessária intervenção externa em países menos desenvolvidos em virtude destes não conseguirem transitar para as etapas de desenvolvimento com base apenas nos seus recursos internos. Contudo, pela necessidade de capital implícita no investimento e sua escassez em países menos

desenvolvidos, Hirschman (1958) crítica esta teoria apesar de considerar que não deve haver demasiadas diferenças na proporção de crescimento entre setores. Chenery *et al.* (1974) evidenciam preocupações sociais considerando que, na teoria económica, crescimento não é sinónimo de desenvolvimento equitativo. No crescimento económico associado à industrialização, o combate à pobreza e a promoção do bem-estar em geral são as estratégias preconizadas, para as quais contribuem a criação de emprego, a qualificação da mão-de-obra, o acesso a bens materiais, os direitos humanos e a maior participação das mulheres (Sangreman, 2009). A lógica dos projetos de ajuda setoriais e de estratégias como as de controlo de nascimentos, da introdução de tecnologias de alta intensidade de mão-de-obra, de atenção às atividades informais e à agricultura tradicional, de programas de desenvolvimento de bairros de acolhimento de migrantes rurais, de energia, de transportes, de infraestruturas, de telecomunicações e de projetos de desenvolvimento rural integrados, bem como de projetos de melhoria habitacional, saneamento, educação e saúde, entre outros, surgem no entendimento de um desenvolvimento equilibrado entre diferentes setores e os níveis de endividamento dos países em crescimento resultantes dos empréstimos externos de capital (Sangreman, 2009).

A crise da dívida externa e as subidas do preço do petróleo vieram modificar, de forma marcante o panorama então existente, fortalecendo as teorias neoliberais. Nestas, havia o entendimento da economia como a importante força impulsionadora do desenvolvimento e o equilíbrio macroeconómico e financeiro como um objetivo a atingir, cuja execução era feita através de programas e lógicas de funcionamento de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O denominado *Washington Consensus* passa a determinar a matéria da cooperação internacional para o desenvolvimento (Sangreman, 2009), embora o autor da expressão, Williamson (1993), defendesse que, no atingir desse consenso, as questões sociais, pouco tinham sido consideradas. Afirmava ainda este autor a necessidade de reorientar o uso das despesas públicas para áreas prioritárias com mais rentabilidade económica e com mais potencial para melhorar a distribuição de rendimento, tais como cuidados de saúde primária, educação básica e infraestruturas Williamson (1993) e, questionando inclusivamente mais tarde, a eficácia do consenso Williamson (2002).

Quer o pensamento de Friedman (1976) e Stigler (1982) da Escola de Chicago, quer as teorias neoliberais (Balassa, 1971, Krueger, 1974, Bauer, 1981, Little, 1982 e Lal, 1985), defendem que a causa central do fraco crescimento dos países menos desenvolvidos e do agravamento das consequências económicas resultantes de falhas do sistema de mercado, está no excesso de intervenção estatal, face à distorção dos preços, por práticas de “rent seeking” (Krueger, 1974, Bhagwati, 1982 e Colander, 1985), ou de outras formas de apropriação de recursos por parte dos grupos sociais dirigentes do Estado (Sangreman, 2009). Registos de operacionalização destes conceitos são patentes nos programas de ajuda internacional do BM, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em países como a Costa do Marfim, Senegal e o Quênia (1981-845), Guiné-Bissau, Gana, Senegal, Togo e Madagáscar (1984-1986), Camarões e Madagáscar (1986 até 1989/90) e, a partir de 1990/91, em muitos outros países africanos e com uma maior atenção às variáveis sociais. Até 1987, quer o FMI, quer o BM consideravam as questões sociais como resolúveis pela evolução das variáveis económicas (Sangreman, 2009).

A crise financeira na Ásia e os relatórios do BM e da UNICEF (*The United Nations Children's Fund*) ou de outras instituições demonstrando a manutenção ou aumento dos níveis de pobreza em países como a Indonésia, Tailândia ou Coreia do Sul, vem colocar em evidência a reduzida eficácia e sucesso da cooperação. Inclusivamente as avaliações mais positivas realizadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - CNUCED (ONU, 2002), retiram conclusões que apontam também para o aumento da pobreza em alguns contextos. Tal situação sustenta a mudança conceptual de posicionamento da ajuda internacional do BM e FMI, que assumem iniciativas como o perdão da dívida aos países cujo pagamento desta comprometia o seu desenvolvimento e a luta contra a pobreza como o objetivo da cooperação internacional. Esta estratégia foi designada por *Monterrey Consensus*, mais tarde concretizados pela aprovação pela Assembleia Geral da ONU, de metas globais designadas por Objetivos do Milénio (ODM) e do correspondente financiamento.

Os Objetivos do Milénio (ODM), que obrigam a uma maior responsabilidade no estado que recebe a ajuda face aos compromissos que assumiu com a comunidade

internacional, integram: a) o aumento das oportunidades dos pobres através do crescimento económico direccionado para os mais vulneráveis; b) a melhoria das capacidades dos pobres para aproveitarem essas oportunidades através de um maior acesso a ativos humanos, físicos e financeiros; c) o aumento da “voz dos pobres”, ou seja, que o imperativo ético do *empowerment* dos pobres seja claramente assumido; d) a redução da vulnerabilidade dos mais pobres pela construção de redes de segurança social; e) a ligação forte entre a boa governação e as políticas de desenvolvimento concebidas pelos países recetores com os modelos adaptados aos países como referencia; e, f) o condicionamento ex-post, ou seja, o financiamento da cooperação para o desenvolvimento fica dependente da execução das medidas que os próprios países aprovaram (Sangreman, 2009).

A globalização e a expansão das tecnologias de informação e comunicação vêm colocar a tónica da cooperação ao nível dos bens públicos à escala mundial e da controvérsia sobre o seu uso, escassez, transnacionalização e responsabilidade dos Estados. Cook e Sachs (2001) propõem mesmo uma lista de bens de apropriação coletiva que podem ser produzidos à escala regional: ambiente, saúde pública no que respeita a doenças infeto-contagiosas, a dimensão regional da regulamentação e estabilização dos mercados financeiros, a harmonização das políticas, a coordenação do controle de fronteiras, as telecomunicações, a energia elétrica, a investigação agrícola e a biotecnologia e, a Legislação sobre extradição. A paz, é um outro bem público com papel preponderante à qual o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan tem vindo a dar grande relevo, sustentando a importância da existência de vontade política para ela existir. Daí que, muitos autores defendam que só deve existir cooperação internacional para o desenvolvimento se os regimes políticos dos países recetores funcionarem segundo regras e modelos democráticos, tais como, direitos de propriedade, legislação e aparelho judiciário transparente e honesto, governo eleito em eleições pluripartidárias livres e justas, respeito pelos direitos humanos e, liberdade dos órgãos de comunicação social (Sangreman, 2009).



### 2.1.4 Cooperação Internacional e Relações Internacionais

Para as relações internacionais, cooperação significa a ação dos Estados, como atores unitários racionais numa ética de sobrevivência política. Em ausência de uma autoridade global, sejam os Estados mais fortes do ponto de vista militar, económico e financeiro ou menos poderosos num contexto internacional atomístico (ou anárquico), aceitam, desde o início do século XX e sobretudo após a II guerra mundial, instâncias de concertação multinacionais gerais, como seja a Liga das Nações, ou mais circunscritas setorialmente, como o GATT (*The General Agreement on Tariffs and Trade*). Enquanto Keohane (1989) justifica a cooperação internacional como um cálculo de custos e benefícios, para Powell (1991), a justificação das ações de cooperação de cada país, assenta sobretudo na maximização dos seus interesses e da sua segurança em relação a outros países.

Quer Haas (1964), quer Mitrany (1976) e as já anteriormente mencionadas escolas funcionalista e neofuncionalista, suportam a cooperação internacional em organizações internacionais orientadas para aspetos não políticos, como sejam, as missões técnicas, de paz, saúde e promoção do bem-estar das populações, entre outros. Para Krasner (1985, citado por Cravinho, 2002), a cooperação internacional é habitualmente integrada na política externa, considerando Keohane (1989) que, para conseguir benefícios da cooperação internacional extensíveis a toda a população, os Estados procuram definir normativas e procedimentos internacionais que diminuam os custos de transação, dessa cooperação. Cravinho (2002) entende essas normas, assim como as distintas críticas aos autores das escolas funcionalista e neofuncionalista, as novas ideias nas Relações Internacionais e a evolução dos regimes como instrumentos para explicar o funcionamento e a evolução de todo o processo de cooperação.

Para os institucionalistas continuadores da visão de cooperação internacional da década de 80, como Keohane (1989), as instituições podem estimular a cooperação entre atores e modificar a relação custo/benefício, orientando-a para zero e distanciando-se da visão dos neo-realistas sobre a natureza do sistema internacional (Waltz, 1979), que considera sempre a procura dos Estados pela maximização dos ganhos. Neste contexto, as organizações orientadas por esta conceção de cooperação poderão ser a base da ordem

internacional embora, as possibilidades de cooperação possam ser limitadas, a hipótese de formação de redes de instituições internacionais não mude a estrutura do sistema e, o problema da insegurança no sentido militar, se mantenha (Sangreman, 2009).

Embora O' Neil (2005) considere pouco definidos os sinais de emergência de uma nova teoria de cooperação, outros autores, como Campbell (2002), atestam que esta está a evoluir num processo aberto de participação de múltiplos atores, de uma forma não linear, interdisciplinar e descentralizada, acreditando os mesmos não haver nesses atores apenas motivações racionais de procura de interesses próprios mas também outros motivos de origem mais transcendente, como as incluídas na tipologia de motivações de Sagasti (1999). Nesta tipologia incluem-se as geoestratégicas e de segurança, as políticas, as económicas e comerciais, as de combate a problemas do ambiente, do tráfico de drogas, do crime internacional, da SIDA e do terrorismo e, ainda, as altruísticas, éticas, humanitárias e de crenças religiosas. Por exemplo, não é necessário haver um país sustentado constitucionalmente na demarcação racial para que exista uma norma supranacional contra o *apartheid* (Klotz, 2002, citado por O' Neil, 2005).

Atualmente o debate centra-se na relação entre as normas, as ideias e a prática política, havendo consenso no normativo constituído pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovado pela ONU em Dezembro de 1948 que veio, posteriormente, a inspirar a “Carta africana dos direitos humanos e dos povos” e que apenas não contempla as questões do ambiente. Uma interessante listagem das diferentes posições dos países financiadores e recetores da cooperação internacional para o desenvolvimento, pode ser revisto em Piron (2002), num estudo realizado sobre o direito ao desenvolvimento.

Normativas sobre o ambiente vieram a ser concretizadas nas Conferências Internacionais sobre o Financiamento do Desenvolvimento – o início do “Monterrey Consensus” – de Março de 2002 no México e a Declaração do Milénio de 2000, resgatado ou inspirado em Conferências como a do Rio, Cairo, Copenhaga, Paris, Cimeira Europa e Africa (Sangreman, 2009). Nestas conferências participaram ministros de diversos países, organizações financeiras multilaterais, da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), dirigentes de empresas e de organizações da sociedade civil de países mais e menos desenvolvidos, sendo alcançado um consenso de medidas e regras práticas num contexto de globalização e de interdependência crescente. Por exemplo, em, 2005 foi produzido um pacto sólido entre países (desenvolvidos, em desenvolvimento e em transição) para aumentar a possibilidade de todos os países atingirem os Objetivos do Milénio aprovados no ano 2000 (Sangreman, 2009). As normas base são a justiça, equidade, democracia, participação, transparência, responsabilidade e abertura, liberdade, paz e segurança, estabilidade no interior dos Estados, respeito pelos direitos do homem, incluindo o direito ao desenvolvimento, um Estado de direito, a igualdade entre sexos, políticas concebidas a partir da economia de mercado e a vontade geral de criar sociedades justas e democráticas (Sangreman, 2009).

Os principais consensos ou paradigmas práticos da cooperação internacional, são, o “Paradigma dos projectos sectoriais”, o “Paradigma do ajustamento estrutural (ou *Washington Consensus*) ” e o Paradigma da eficácia da ajuda” (ou *Monterrey Consensus*). O primeiro, o paradigma dos projetos setoriais, assenta em teorias, políticas e modelos da anteriormente mencionada economia do desenvolvimento, em associação à certeza do Estado como única entidade interveniente dominante na cooperação nos países recetores da ajuda (Sangreman, 2009).

Até ao início dos anos oitenta do século passado, a cooperação para o desenvolvimento assentou essencialmente em doações e empréstimos de suporte a projetos de médio e de longo prazo. Contudo, problemas com a dívida externa de muitos Estados, como os da África Subsaariana, conduziram à substituição desta forma de cooperação, sendo adotado o entendimento neoclássico e o apoio através de empréstimos para ajustamento setorial e estrutural, de acordo com a definição do relatório de 1981 do Banco Mundial (Sangreman, 2009). Para além disso, os apoios financeiros estavam ainda condicionados ao acordo sobre um programa de estabilização, surgindo o ajustamento estrutural como apoio a essas transformações e o ajustamento setorial como a sua particularização a atividades e componentes estratégicas passíveis de serem operacionalizadas por essa via. Exemplos destas práticas com empréstimos condicionados a setores de atividade

são apresentados por Sangreman (2009), na Índia, nos anos sessenta e na Zâmbia, Quênia e Tanzânia, nos anos setenta.

Segundo Sangreman (2009), o condicionamento é o conceito chave na forma de cooperação entre os atores dominantes (FMI e BM), por um lado e os dominados (Estados Africanos), por outro. Foi aprovado em 1952, por essas organizações, por imposição dos EUA, contra a opinião dos restantes membros e basicamente, consiste na prática de condicionar o acesso aos empréstimos a medidas de política económica aprovadas e executadas pelo Estado requerente. Embora o conceito tenha sido incluído nos estatutos do FMI em 1969, as diretivas que permitiram a sua aplicação real e normalizada são de 1979 (Sangreman, 2009).

Nas últimas décadas do século passado, os conceitos de estabilização e ajustamento estrutural foram amplamente debatidos, quer no seu essencial conteúdo para o desenvolvimento, quer para as políticas económicas e sociais. Após a desagregação da União Soviética, foi inclusivamente incluído no debate, um outro conceito, o de *boa governação* (Sangreman, 2009). O *Washington Consensus* que tinha até aí determinado a matéria da cooperação internacional para o desenvolvimento, passa a ser alvo de muitas críticas, inclusivamente pelo seu autor (Williamson, 1993) que questionava o quer o fato dos aspetos sociais terem sido pouco consideradas, quer, a eficácia do consenso (Williamson, 2002). O autor sustentava ainda a necessidade de reorientar o uso das despesas públicas para áreas prioritárias com mais rentabilidade económica e com mais potencial para melhorar a distribuição de rendimento, como sejam a saúde primária, a educação básica e as infraestruturas (Williamson, 19993).

As críticas e o debate internacional surgido, trouxeram a público as diferentes posições dos intervenientes e a competição entre eles, nomeadamente de um lado, o BM e o FMI e, do outro, as Organizações Não Governamentais (ONG) e os atores multilaterais como a agência das Nações Unidas para a promoção da defesa dos direitos das crianças (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse antagonismo permitiu a estes últimos ganhar poder e maior acesso aos fundos e, os primeiros (FMI e BM) perder capital social (Sangreman, 2009).

Em consequência das críticas às regras e normativas da cooperação internacional patentes no *Washington Consensus*, surgiram diversas propostas de alteração, centradas sobretudo na necessidade financeira da ajuda e na metodologia a usar para melhorar a sua eficácia. O atual paradigma designado de *Washington Consensus completado* ou de *Monterrey Consensus* espelha os resultados alcançados (Quadro 1). O Quadro 2 sintetiza as ideias mais importantes do novo consenso.

**Quadro 1 – Consensus de Washington e Consensus de Washington completado**

Consensus de Washington original	Consensus de Washington “completado”
Disciplina orçamental	Boa governação nas empresas
Reorientação das Despesas Públicas	Luta contra a corrupção
Reforma fiscal	Mercado de trabalho flexível
Liberalização das taxas de juros	Adesão às normas da OMC
Formação concorrencial da taxa de câmbio	Adesão aos códigos e standards financeiros Internacionais
Liberalização do comércio	Abertura “prudente” da conta capital
Abertura ao Investimento Direto Estrangeiro	Taxa de câmbio livre
Privatizações	Banco central independente/objetivo inflação
Fim do máximo de regulamentações Administrativas	Redes de proteção social
Garantia do direito de propriedade	Redução da pobreza em grupos alvo

Fonte: Adaptado de Rodrik, 2009 e Sangreman, 2009

De uma forma genérica, as alterações centram-se a dois níveis. Por uma parte, ao nível dos atores dominantes, ao nível mundial ou nacional, que cedem parte da sua posição a outros atores, sobretudo não estatais, que passam a ter mais poder. Por outra, nos países destinatários da ajuda e nos critérios da sua escolha, onde o criar bem-estar da população é um elemento fundamental (Figura 1).

**Quadro 2 – Novo Consenso: Síntese das Ideias-Chave**

O quadro de orientação da intervenção dos agentes da cooperação internacional para o desenvolvimento são os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.
A segurança constitui um aspeto importante na cooperação para o desenvolvimento.
O objetivo principal a atingir até 2015 é o da redução da pobreza para metade (sendo a pobreza definida de acordo com o conceito do Banco Mundial, em que é pobre quem vive com menos de 1 dólar por dia).
O crescimento económico é o instrumento chave na redução da pobreza.
A melhoria dos níveis de educação e de saúde das populações contribui para a redução da pobreza e simultaneamente para o crescimento económico.
O comércio é um motor fundamental de crescimento e as economias necessitam por isso, de ser abertas.
As economias de mercado permitem atingir níveis de crescimento maiores e mais rapidamente.
As infraestruturas dos setores produtivos, na água, educação, saúde devem constituir prioridades em termos de despesas públicas.
Os recursos públicos serão geridos de modo mais eficaz e eficiente por instituições transparentes, descentralizadas, responsáveis e orientada para resultados.
Focalização na pobreza e participação social.
A boa governação e boas políticas são fundamentais para crescimento económico e a boa utilização da ajuda ao desenvolvimento.
Para os países com piores desempenhos a ajuda internacional deve basear-se na ajuda humanitária e o apoio ao nível da segurança.
É necessário reforçar os níveis de ajuda ao desenvolvimento.
Parte dos recursos de apoio ao desenvolvimento devem ser destinados ao perdão da dívida dos Países em Desenvolvimento.
Devem ser promovidos outros instrumentos, como os Fundos Globais, para aumentar os níveis de ajuda.
A ajuda ao desenvolvimento deve ser focalizada nos problemas mais graves, a fome, o HIV-Sida e a educação.
A ajuda deve ser gerida preferencialmente pelas organizações multilaterais.
A ajuda ao desenvolvimento deve ser prestada preferencialmente através dos orçamentos nacionais, em vez de projetos individuais, no pressuposto de que os recursos são usados adequadamente.
Os países mais ricos devem reduzir os subsídios e promover acesso aos seus mercados por parte dos Países em Desenvolvimento.

*Fonte: Maxwell, 2005, citado por Sangreman, 2009*

**Figura 1 – Pirâmide de Bem-Estar**



Legenda: Recursos OAB = Arroz + Outros Alimentos e Bens; Recursos Públicos = Acesso a água, eletricidade, educação, saúde, justiça e direitos humanos; RSFER = Recursos Sociais Família/Etnia/Religião; Terra = Recursos de capital físico para além da Habitação; *Empowerment* = participação na vida coletiva em liberdade.

Fonte: Proença, 2003

### 2.1.5 Cooperação entre a China e África

O primeiro contato dos chineses em África começou com as missões diplomáticas da Dinastia Ming e as famosas sete viagens do navegador Zheng He entre 1405 e 1433, que procuravam o comércio e o reconhecimento em nome do imperador chinês em oposição à conquista ou ocupação, em oposição à exploração e conquista pelos europeus (Alden *et al*, 2008).

Mais recentemente, a importância de China por África pode ser atestada por dois fatos. Por um lado, a reunião promovida pela China no ano 2000, em Pequim, entre ministros africanos e autoridades chinesas para criar um fórum de cooperação China-África (FOCAC). Por outro, por ter realizado em Novembro de 2006, no ano considerado como o “ano da África”, a maior cimeira de sempre entre os dois blocos na capital chinesa onde estiveram presentes delegações de 48 dos 53 países que formam o continente africano (Chichava, 2010). Nesta cimeira, a China prometeu que, até 2009, o número de produtos africanos isentos de tarifas de importação no mercado chinês passaria de 190 para 440 (Harsch, 2007). Contudo, o nível de exportações de África

para a China é ainda baixo e inferior ao enviado para a União Europeia (Lafargue, 2009).

Segundo o manifesto de Beijing, o ano de 2000 foi marcante para África no que concerne a dois acontecimentos: O acordo de Cotonou e a realização da conferência de cooperação China-África (FOCAC).

**O Acordo de Cotonou**, foi assinado ao 23 de Junho do ano de 2000 entre a União Europeia e, os 77 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), este acordo rege-se sob as desiguais normas da O.M.C, cujo mote consiste num mercado concorrencial que em tudo beneficia a União Europeia, com agravante de impor a separação do grupo em seis regiões, que não correspondem as organizações regionais existentes.

Face a esta situação a República Popular da China (doravante designada por RPC), teve um alcance estratégico e lançou a cooperação entre China-África, deste modo a China apresentou como alternativa em termos de negócios que, no fundo obedece aos objetivos do acordo de Cotonou, de incentivar a cooperação Sul-Sul e, essa estratégia passa pelo perdão da dívida dos países África, Caraíbas e Pacífico (ACP), anunciada no ano de 2000. Assim, de dez a doze de Outubro do ano de 2000, em Pequim, teve lugar a primeira Conferência Ministerial para a cooperação entre China-África, com o propósito de enfrentar a globalização e aumentar a cooperação entre ambos.

O Manifesto de Beijing é um documento que refuta as nações ocidentais de liberalização políticas e reformas económicas como uma obrigatoriedade para se atingir o desenvolvimento, cuja a tónica assenta no desenvolvimento do comércio e investimento em infraestruturas e instituições sociais sem reformas políticas e económicas (Esteves, 2008, pp.83, 84).

Ainda segundo Esteves (2008), embora o manifesto de Beijing (2000) tenha marcado muito o continente africano pelos acontecimentos já referidos, a autora considera que o mais favorável para África foi o segundo, ou seja, a conferência sobre a cooperação China-África, que, entre outros objetivos, considerou o perdão da dívida dos ACP,



aspecto não somente favorável para a União Europeia como mostra o Acordo de Cotonou, mas também para África.

Segundo Alden *et al* (2008, p. 119), a expansão das relações da China com a África é a dinâmica mais importante nas relações externas e na política do continente desde o fim da Guerra Fria. Basta citar que o comércio entre China e África cresceu de cerca de US\$ 10 bilhões em 2000, para US\$ 114,81 bilhões em 2010 (AarsÆther, 2011). Entre 2000 e 2006, as trocas comerciais entre os dois blocos multiplicaram-se por dez (Beuret e Michel, 49:2008), o *stock* do investimento direto chinês em África passou de 49 milhões de dólares americanos em 1990 para 2,6 bilhões de dólares em 2006, tendo a China se transformado no terceiro parceiro económico da África, depois da União Europeia e dos Estados Unidos (Besada et al., 2008). Em 2008, o comércio atingiu o valor de 107 bilhões de dólares (45% a mais do que em 2007) e vem crescendo, em média 30% ao ano, desde os 10 bilhões de dólares em 2000, assegurando 30% da procura petrolífera chinesa (Pautasso, 2009). Os valores mencionados para 2010 superam o volume de negócios quer em Inglaterra quer em França, sendo superada apenas pelos EUA, cujo comércio com a África está estimado em US\$ 140 bilhões (Gonçalves, 2010).

A gradual aproximação político-económica entre a China e África e a sua projeção neste continente tem sido fonte de diversos debates (Chichava, 2010) e causado uma vigorosa reação por parte do ocidente, pela perda de influência que o crescimento chinês lhes tem causado (Gonçalves, 2010, Chichava, 2010). Em essência, três aspetos relacionados sobre o envolvimento da China em África se destacam como uma crítica dessa relação. Primeira, que o envolvimento da China na África é um "safari por recursos", um esforço para garantir matérias-primas para o seu "enorme apetite" e industrialização. Dessas matérias-primas, o petróleo é o mais comumente citado, mas, para Chichava (2010) também a madeira é apreciado. Segunda, a China é retratada como um facilitador de governos africanos párias, como o Sudão e o Zimbábue e acusada de fazer recuar a democracia em África, cooperando com governos ditatoriais e autocratas (Chichava, 2010). Ao fornecer comércio e a ajudar aos regimes párias, também alguns consideram que a China estará a aliviar as pressões externas para reformar e melhorar a governança desses países, dificultando o grande esforço realizado por agências de ajuda ocidentais. Terceiro, que a ajuda externa chinesa é uma parte central desse esforço (Jackson, 2010).

Assim, o discurso crítico ocidental procura, em primeiro lugar, desqualificar o argumento chinês segundo o qual a China tem contribuído para o desenvolvimento da África e de que esse relacionamento é baseado em vantagens recíprocas (*win-win*). E em segundo lugar, denunciar uma prática oriental vista como neocolonialista, baseada na exploração de recursos naturais e na degradação ambiental.

Contrariamente ao pessimismo ocidental e às preocupações da sociedade, a maioria dos intelectuais e políticos, no poder ou na oposição africanas vê a China como um parceiro fiável e com pouca interferência nos assuntos (Chichava, 2010). Não se trata apenas de não interferir mas também de exigir respeito pelos seus assuntos internos, sendo esta uma das condições básicas definidas pela China para o estabelecimento de quaisquer tipos de relações políticas e económicas internacionais, detalhada no “Documento sobre Políticas da China para a África” (Chichava, 2010). Ainda assim existem vozes discordantes em África, sobretudo de algumas organizações da sociedade civil, intelectuais e partidos ou movimentos na oposição que se mostram preocupados com a expansão do governo chinês no continente (Chichava, 2010). Algumas evidências destas manifestações são: 1) As exigências de Laurent Nkunda, então líder do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNPDP) na sua luta contra o governo da República Democrática do Congo, pedindo a revisão dos contractos mineiros assinados com a China que considerava desastrosos para o país; 2) Michael Sata, um dos líderes da oposição da Zâmbia ter colocado a China no centro da campanha, em 2006, acusando-a de explorar os zambianos e os seus recursos sem trazer mais-valia para o país e ameaçando expulsá-los caso vencesse as eleições; e 3) os conflitos na Zâmbia entre trabalhadores de uma mina local e seus patrões chineses que levaram à morte de alguns mineiros. (Chichava, 2010). Mais recentemente, Michael Sata foi acusado pelo presidente Rupiah Banda de bloquear o investimento chinês na Zâmbia.

Um fato é que o dinamismo do comércio exterior chinês tem gerado reservas internacionais de cerca de 2 trilhões de dólares, além da capacidade de realizar empréstimos e investimentos externos diretos (IED). Os IED's chineses cresceram globalmente de 1 bilhão em 2000 para 22,5 bilhões de dólares em 2007, sobretudo através de empresas de propriedade estatal e de fundos de investimento. Para a África, o volume de IED's chineses cresceu sete vezes entre 2002 e 2006, de 74,8 milhões de

dólares para 519 milhões, representando cerca de 3% do total – representando 25% no Zâmbia e 20% na RDC em 2006. A crescente presença da China na África é significativa assim como os volumes monetários associados a alguns projetos (Quadro 3).

**Quadro 3 – Procura de Recursos pela China em África**

<b>País</b>	<b>Ano</b>	<b>Recurso Natural</b>	<b>Projecto</b>	<b>Valor (\$ USA)</b>	<b>Situação em 2011</b>
<b>Congo-Brazzaville</b>	2001	Petróleo	Barragem de Imboulou (realizado com as garantias do Fundo do Petróleo)	28 milhões	Completo
<b>Sudão</b>	2001	Petróleo	El-Gaili Power Plant. (Uso colateral das garantias do Petróleo)	128 milhões	Completo
<b>Angola</b>	2005 2007 2010	Petróleo	Vários Projectos de infraestruturas. (Pagos com as Receitas do Fundo do Petróleo)	10 biliões	Completos e/ou em Construção
<b>Nigéria</b>	2005	Petróleo	Infraestrutura em troca de fornecimento de Petróleo	2 biliões	Cancelado
<b>Guiné Equatorial</b>	2006	Bauxite	Barragem de Souapiti. (alegadamente ligado às Receitas de desminagem)	1 bilião	Cancelado
<b>Gana</b>	2006	Côco	Barragem de Bui. (Pago com exportações de cacau para a China)	562 milhões	Em Construção
<b>Gana</b>	2006	Côco	Barragem de Bui. (Pago com exportações de cacau para a China)	562 milhões	Em Construção
<b>Congo-Kinshasa</b>	2007	Cobre	Desminagem e Reconstrução	3 biliões	Em Construção

*Fonte: Adaptado de Foster et al. 2009 e Brautigam 2010*

## **2.2 A Cooperação Económica entre Angola e a China**

### **2.2.1 História Recente de Angola**

Após a independência, os Estados Africanos, de acordo com o novo espírito instalado no fim da segunda guerra mundial, procuraram estabelecer entre si relações de cooperação nos planos bilateral e multilateral. Estas relações tinham como base as afinidades histórico-culturais, a aproximação geográfica, a convergência de interesse comum ou ainda estabelecida na base de uma vontade política comum. A preocupação fundamental que levou os países a estabelecer estas relações, estava ligada ao seu desenvolvimento e ao bem-estar das suas populações. Pacheco (2002).

A política externa angolana não constitui apenas um instrumento do desenvolvimento económico, possuindo uma vocação mais ampla. Procura criar espaços para que Angola possa cada vez mais afirmar-se no plano internacional e participar nas decisões tomadas a nível mundial, sobre assuntos que lhe dizem respeito, além de favorecer o fortalecimento de uma ordem pacífica. As profundas transformações da sociedade angolana no pós-guerra, no sentido da urbanização, da industrialização, do crescimento económico acelerado, tiveram consequências sobre o perfil externo do país. Ampliaram-se as relações comerciais, culturais e a cooperação técnica com os demais países e as relações diplomáticas foram diversificadas. O peso económico e político que o país adquiriu na arena internacional confere-lhe mais responsabilidade e, ao mesmo tempo, maior ímpeto para participar ativamente nas questões como a segurança internacional. Pacheco (2002).

A política externa angolana começa com o alcance da independência, as formulações da política externa exprimiam mais aspirações nacionais. Em Angola as forças políticas não estavam unidas, havendo rivalidade entre os movimentos de libertação nacional, a FNLA, UNITA e o MPLA. Deste último, como vencedor e das bases do partido,

surgiram os primeiros sinais da política externa. Contudo, em função da crise, o governo angolano foi forçado a mobilizar recursos financeiros, militares e diplomáticos e à ajuda externa. Pacheco (2002).

Durante o processo de mudança gradual da política externa fundamentalmente induzido pela procura do setor económico em virtude das alianças socialistas já não conseguirem dar resposta à necessidade de ajuda aos países do terceiro mundo, surgiram diversos planos económicos. Entre estes, o de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), a adesão ao FMI e ao Banco Mundial (BM), a cessação do papel de observador da CAME e a consequente subscrição aos acordos de LOMÉ. Pacheco (2002).

### **2.2.2 Cooperação Bilateral Angola-China**

O relacionamento de Angola com a China remonta ao período anterior à independência, com início nos anos 60 e no apoio brindado pela China na luta de libertação nacional. Contudo, fatores geopolíticos ligados à guerra-fria que opunham os dois blocos ideológicos e militares então existentes, levou a que o governo chinês não tenha reconhecido imediatamente a República de Angola.

As relações entre a China e Angola foram reatadas em 12 de Janeiro de 1983, em consequência, por um lado, da independência do país africano (1975) e, de outro, da diplomacia pragmática lançada por Deng Xiaoping no contexto da política chinesa de Reforma e Abertura em 1978, embora a maturidade das relações bilaterais se tenha tornado visível apenas na viragem do século XX-XXI.

Tal situação resulta da universalização da diplomacia chinesa, com suas causas profundas como a repressão na Praça da Paz Celestial em 1989 e a necessidade de evitar o isolamento, de importar petróleo em grandes e crescentes volumes, sobretudo a partir de 1993 e de diversificar o seu fornecimento. Também os crescentes acúmulos de capitais e a capacidade financeira do país assim como o objetivo de recuperar a sua posição no poder internacional o justificaram. Assim, a projeção da China em Angola resulta sobretudo da sua grande capacidade económica para financiar o crescimento e recuperação do país e da vontade firme dos dois governos em fortalecer e diversificar cada vez mais a sua parceria, que consideram com carácter estratégico. A materialização

deste desejo traduziu-se na identificação de trocas comerciais e nos contatos e consultas a vários níveis. Sua excelência Zu Rongji (ex-Primeiro Ministro da República Popular da China) efetuou uma importante visita oficial à Angola, enquanto que sua Excelência Primeiro-Ministro da República de Angola, efetuou uma importante visita à República Popular da China em 2006. Nesta reciprocidade de visitas oficiais entre os chefes de diplomacia dos dois países, foram estreitadas as relações bilaterais e assinados vários instrumentos jurídicos que possibilitaram a projeção de ações de cooperação nos domínios político, diplomático, económico, cultural e social. No âmbito das relações diplomáticas tem havido cooperação e reciprocidade no posicionamento, em questões de carácter político nas organizações internacionais. A China foi um dos países que apoio a candidatura de Angola para Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pacheco (2002).

De forma similar a outros países africanos, o relacionamento entre Angola e a China intensificou-se a partir do ano 2000, com a criação do Fórum para a Cooperação China-África. De destacar 2004 como um ano especialmente relevante para a economia angolana, quer pelo saldo positivo após longos anos e a passagem do défice a dois dígitos, quer por a 2 de Março, ter sido assinado pelo Ministério das Finanças o primeiro Acordo de Crédito com o EximBank (Banco Chinês de Exportações e Importações, criado em 1994 pelo governo no âmbito da sua política externa com atividades centradas na atribuição de créditos para a exportação, garantias internacionais, empréstimos para a construção e investimento no exteriores e linhas oficiais de crédito). Com este acordo a China, disponibilizou a Angola uma quantia de 2 biliões de dólares americanos. Entre 2004 e 2010, o EximBank chinês (Banco de importação-exportação da China) disponibilizou um total de US\$ 10.5 biliões em linhas de créditos garantidas em petróleo para o governo angolano, a fim de financiar a reconstrução do país (Corkin, 2011). A partir daí têm havido reforços do crédito, sendo que um deles foi consequência da visita do Presidente da República de Angola à China, em Dezembro de 2008.

Embora a tomada de empréstimos garantidos em petróleo fosse já uma prática recorrente do governo angolano, o que diferencia o empréstimo chinês dos outros é a sua completa utilização para projectos de infraestrutura (Brautigam, 2011). Angola

tornou-se assim o maior parceiro comercial da China na África e o principal fornecedor chinês de petróleo, com o comércio bilateral a atingir valores à volta de US\$ 25,3 bilhões de dólares, em 2008 e mais de 700 mil barris de petróleo por dia. Atualmente, é responsável por 15,7% do total de petróleo importado pela China (Corkin, 2011, Pautasso, 2010).

Alguns argumentos em oposição à projeção da China em Angola são os seguintes: a) a China usa a sua capacidade económica, expressa na procura do mercado interno, no dinamismo comercial e na capacidade financeira, como instrumento de política externa para ampliar e diversificar a inserção internacional do país e captar recursos; b) as relações sino-angolanas apresentam contradições e assimetrias, resultado dos respetivos interesses nacionais, cuja resistência angolana aos trabalhadores e à concorrência dos produtos chineses são os mais expressivos; c) as relações bilaterais apresentam também grandes oportunidades e desdobramentos para o sistema internacional; d) Angola tem a possibilidade de conseguir inserção internacional, escapando às imposições das grandes potências (EUA e antigas metrópoles) e dos organismos internacionais (como FMI). A favor da configuração das relações Angola-China encontram-se os seguintes argumentos: a) as relevantes consequências para o sistema internacional, nomeadamente, o deslocamento progressivo dos tradicionais parceiros africanos (e angolanos), como os EUA e as ex-metrópoles; b) a conformação de novos eixos na política internacional; c) uma crescente disputa entre EUA e os países emergentes por novos mercados (China e Índia, especialmente); e, d) uma nova ordem mundial multipolar deslocada do Atlântico Norte.

Entre as principais críticas, destacam-se cinco: (i) o empréstimo concedido pela China foi responsável pelo fracasso do programa do FMI para Angola, cujo objetivo era aumentar a transparência do governo a fim de diminuir a corrupção; (ii) os empréstimos concedidos pelo Eximbank são um instrumento para garantir um fornecimento estável de petróleo para a China; (iii) as construções chinesas são de baixa qualidade; (iv) as empresas chinesas não contratam mão-de-obra local, importando da China toda sua força de trabalho; (v) outras empresas (portuguesas e brasileiras), foram deslocadas pela cooperação chinesa (Pautasso, 2009).

### 2.2.3 Linhas de Crédito e Projetos Financiados

O excedente de capitais da China permitiu tomar Linhas de Crédito em Angola para financiamento de inúmeras obras e políticas públicas, através sobretudo do **Eximbank**, financiador de mais de 200 projectos de construção em África, mas também da **Companhia de Seguros e Créditos da China**. Os recursos libertados inicialmente foram de 2 bilhões de dólares em 2004, reforçados em 2006, durante a visita a Luanda do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao e em 2008 com a visita do Presidente José Eduardo dos Santos à China. Atualmente os valores já somam cerca de 5 bilhões de dólares. Ainda assim, devido à redução dos preços do petróleo, a China adicionou mais 1 bilhão de dólares em créditos ao governo angolano, sempre com pagamento em petróleo, ou seja, não implicando mobilizar moeda forte. É importante sublinhar que estes créditos não têm ampliado o endividamento do país, como aponta o relatório da OCDE de 2005.

Os pacotes de crédito foram aplicados por fases, para projetos desenvolvidos através do sistema de *joint-ventures*, cuja duração, *grosso modo*, é de cerca de 15 meses em áreas como a) energia e águas; b) educação; c) saúde; d) obras-públicas e agricultura. A **energia e águas** é um setor preponderante para o bem-estar das populações e relançamento do setor produtivo. A cooperação com a China engloba reabilitações do sistema de abastecimento de água (ex. Luanda, Uíge, Caxito) e expansão de redes elétricas. Na **educação**, os projetos referem-se à construção, reconstrução e apetrechamento de escolas secundárias, institutos médios e politécnicos. Realizam-se igualmente intercâmbios escolares, tanto de professores como de estudantes, que a longo prazo permitirão o entrosamento cultural. Nas **obras-públicas** destaca-se a reabilitação de estradas (de Luanda a Negaje, por ex.), pontes e a reconstrução dos caminho-de-ferros (Benguela, Luanda e Moçâmedes). Este setor é um importante de geração de emprego, por não exigir grandes qualificações e, consequentemente, ajustar-se bem à grande parte da mão-de-obra nacional (Minplan, 2008).

Os projectos foram direcionados sobretudo para a reconstrução nacional do país africano, devido aos trágicos efeitos da longa guerra civil. Cabe destacar a reabilitação



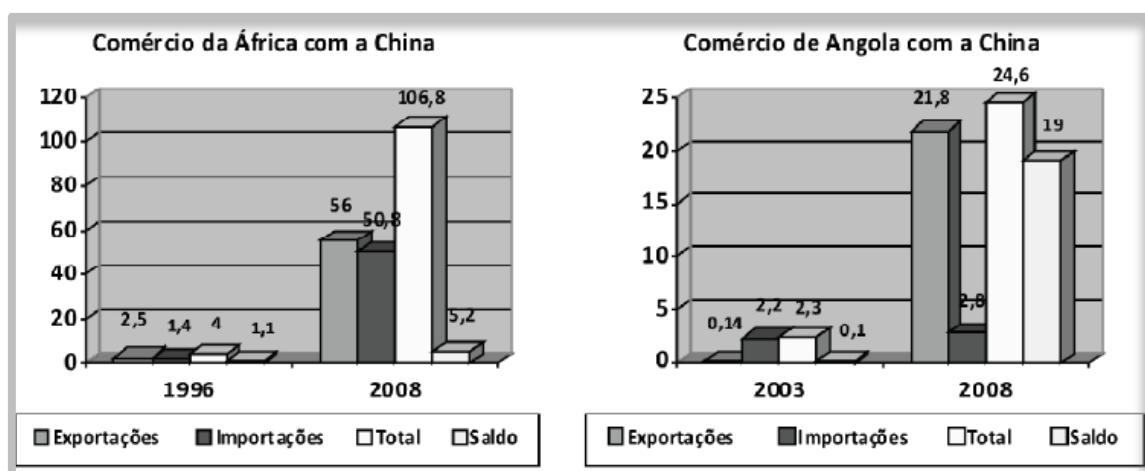
do sector ferroviário que, em 1975 tinha mais de 3.000 km (1.471 km dos quais eram geridos pela Companhia de Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e os restantes 1.581 km explorados pelo Estado) e foi praticamente desativado pelos conflitos. A ferrovia Benguela-Luau, com mais de 1.300 km que ligam a costa Atlântica à fronteira com a Zâmbia e a RDC, ao custo de 300 milhões de dólares e a reabilitação da ferrovia Namibe-Menongue, com mais de 900 km, no valor de 2 bilhões de dólares, bem como novo aeroporto de Luanda, no valor de 450 milhões de dólares e a refinaria de Lobito, no valor de 3 bilhões de dólares. Os 107 km da rodovia Ondjiva/Xangongo, na província do Cunene, foram asfaltados e sinalizados pela empresa **China Road and Bridge Corporation (CRBC)**. As empresas **Sinohydro da China** e a **CMC di Ravenna** da Itália iniciaram as obras de construção da autoestrada Luanda-Soyo no norte do país, com 500 km e seis faixas de rodagem (três em cada sentido) (Minplan, 2008).

Da mesma forma, os estádios para o Campeonato Africano das Nações (CAN) em futebol, realizado em 2010, contaram com apoio técnico e financeiro da China. Na verdade, os técnicos chineses estão em quase todas as principais obras do país africano, desde a construção de escolas até as redes de saneamento básico (água e esgoto), energia elétrica e comunicações, além de infraestrutura urbana. Como exemplo, destaca-se a as obras na cidade do Dundo, província da Lunda Norte, realizado pela empresa chinesa **Pan-China Construction Group**, com a construção de 20 mil apartamentos, além dos aparelhos e serviços urbanos. No mesmo sentido, há a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água das cidades do Dundo e Saurimo, celebrado entre o Ministério da Energia e Águas de Angola e a **China National Electronics Import e Export Corporation** no valor de 35 milhões de dólares, bem como os investimentos em transportes coletivos da capital, em função da aquisição pela Empresa de Transportes Coletivos Urbanos de Luanda (Tcul) de 180 autocarros provenientes da China (Minplan, 2008).

Já em 2006 havia sido construído o Hospital Geral de Luanda em 15 meses num custo total de 8 milhões de dólares, dos quais 6 disponibilizados pela China e os outros 2 milhões financiados por Angola, bem como o suporte técnico, com o envio de médicos chineses e o treinamento dos colegas angolanos. Segundo o Ministro da Educação angolano, António da Silva, a cooperação com a China está na construção,

aparelhamento e transferência de conhecimentos em 53 instituições de ensino tecnológico. Entre estes, destacam-se 20 instituições escolares financiadas pelo **Eximbank**, cuja atuação técnico-profissional passa pelos ramos de agricultura geral, gestão agrícola, agroalimentar, cursos de silvicultura (exploração de recursos florestais) e zootecnia (pecuária e produção animal). Por exemplo, o Instituto Médio da Cela, construído em 12 meses pela empresa chinesa **Camcom** tem uma área 6mil m<sup>2</sup>, 15 salas de aulas, laboratórios de informática com internet, química, física, biologia, bem como pavilhões, oficinas para reparação de máquinas e mecanização agrícola, campo de experimentação e 16 residências para os docentes. Tem capacidade para albergar 1.200 alunos, dos quais 350 em regime de internato, nos cursos básicos (produção vegetal e animal) e no ensino médio (mecanização agrícola, pecuária e agricultura) (Minplan, 2008). Um resumo das relações Sino-Africanas e Sino-Angolanas apresentam-se na Figura 2.

Figura 2 – Relações Comerciais Sino-Africanas e Sino-Angolanas (M\$USD)



Fonte: Euromonitor Internacional



## Capítulo III – Metodologia Aplicada

O capítulo apresenta, de forma detalhada, o trajeto seguido na preparação do processo de investigação. Naturalmente, este percurso foi desenhado de acordo com o tema e os objetivos formulados, usando os procedimentos técnicos de recolha e tratamento dos dados considerados ajustados. Inicia-se com o método de pesquisa e o desenho metodológico da investigação a que se seguem os instrumentos e métodos usados para a recolha e análise dos dados.

### 3.1 Método de Pesquisa

As pesquisas, quantitativa e qualitativa, constituem diferentes estratégias de investigação que acarretam importantes considerações epistemológicas e ontológicas (Bryman, 2004, Barrañano, 2004). Em termos epistemológicos, a pesquisa quantitativa ancora-se no positivismo enquanto a qualitativa se fundamenta no interpretativismo. No que se refere à orientação ontológica, a pesquisa qualitativa assenta no construcionismo e a quantitativa no objetivismo. Ou seja, na quantitativa, os fundamentos teóricos precedem a pesquisa, que é dedutiva e testa a teoria, enquanto na qualitativa, os aspetos teóricos emergem da mesma que é indutiva e geradora de teoria (Bryman, 2004).

O Quadro 4 apresenta algumas das diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa, exploradas por vários autores (Halfpenny, 1979, Bryman, 1988, Hammersley, 1997, Bryman, 2004). De um modo geral, a pesquisa quantitativa procura aplicar procedimentos quantitativos, é estruturada pelo investigador que não se envolve no processo, testa hipóteses teóricas, apresenta uma imagem estática da realidade com ênfase na relação entre variáveis, procura que os resultados obtidos possam ser generalizados, gera informação robusta que pode ser aplicada em larga escala e muitas vezes, reporta-se a comportamentos humanos. Por contraste a pesquisa qualitativa diz respeito a opiniões ou a significados de ações, em pequena escala, gera informação rica e profunda através do envolvimento entre o investigador e o ponto de vista dos participantes, numa aproximação não estruturada que procura contextualizar e apreciar os resultados de modo poder formular teorias (Bryman, 2004).

**Quadro 4 – Pesquisa Quantitativa versus Pesquisa Qualitativa**

<b>Quantitativa</b>	<b>Qualitativa</b>
Números	Palavras
Ponto de Vista do Investigador	Ponto de Vista dos Participantes
Investigador Distante	Investigador Próximo
Teste de Teoria	Formular Teoria
Estática	Processo
Estruturada	Não Estruturada
Generalização	Contextual, Apreciativa
Forte, Dados Consistentes	Rica, Profundidade Informação
Macro	Micro
Comportamento	Significado
Cenários, Simulações	Realidade

*Fonte: Bryman, 2004*

A fase de planeamento do estudo, que precedeu a execução do trabalho de pesquisa, atendeu sobretudo às vantagens e desvantagens apresentadas pelas distintas estratégias, técnicas e métodos disponíveis, tendo-se optado pela pesquisa qualitativa, por se considerar o mais adequado à especificidade dos objetivos formulados.

Esta pesquisa qualitativa envolveu pesquisa no terreno a cujas técnicas nucleares, se associaram outras, conforme não é incomum (Costa, 1999) por uma metodologia ser uma construção estratégica que articula teoria e experiências para abordar um objeto (Caria, 2002). Desta forma, a observação participante, o diário de campo, a entrevista com registo detalhado da opinião das repercussões que os intervenientes e especialistas tem da cooperação entre Angola e a China e a conseqüente análise de conteúdo e interpretação da informação recolhida (apreciação, descrições e narrativas) foram ainda realizadas.

Durante toda a pesquisa houve sempre a preocupação que a observação científica participativa fosse norteadada pela e para a teoria. Foi também uma constante a dialética entre teoria e observação assim como a articulação entre ambas.

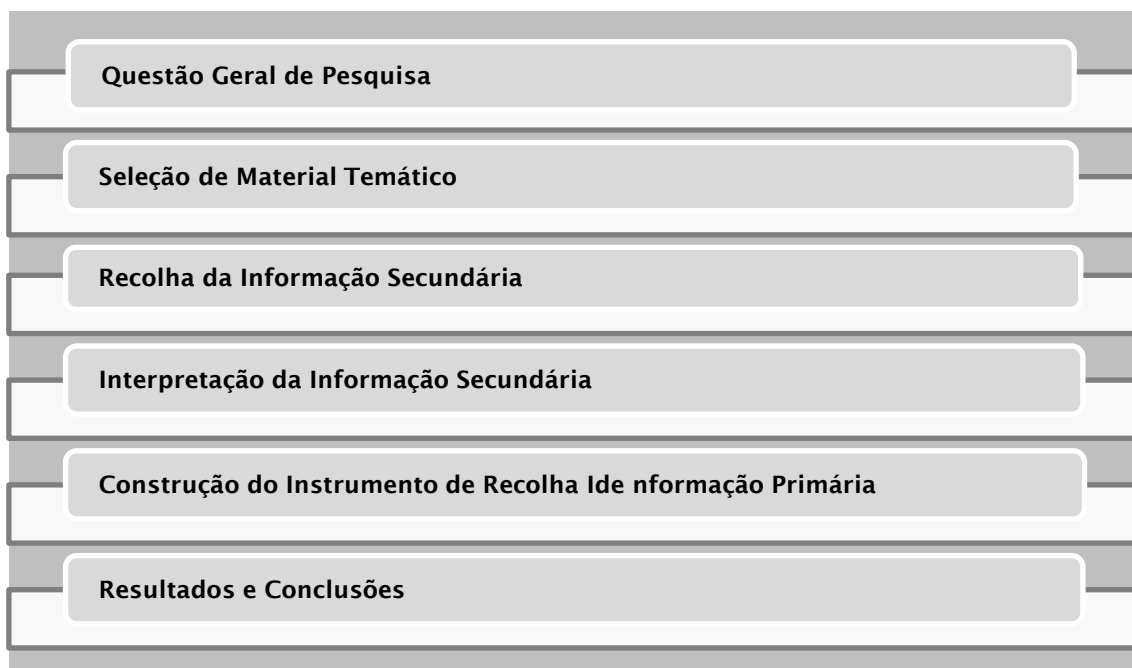
Como a investigação empírica compreendeu a recolha de opiniões pessoais e de outros elementos muitas vezes dissimulados no discurso dos indivíduos, o método de análise considerado mais adequado foi o de análise intensivo e a técnica principal utilizada foi a da entrevista semidiretiva. O método de análise intensivo, associado ao paradigma qualitativo, apresenta como sustentáculos epistemológicos o historicismo, a fenomenologia e o interacionismo simbólico. A meta principal deste paradigma passa pela descrição, pela compreensão e interpretação do comportamento humano no seu contexto social. O paradigma qualitativo investe na dimensão intersubjetiva, centralizada no indivíduo e na procura do (s) sentido (s), das suas opiniões, motivos e resultados das intenções da ação humana (Coelho, 2007), entre elas, a de cooperação.

As principais dificuldades e desvantagens associadas à pesquisa qualitativa são o ser subjetiva, difícil de replicar, não generalizável e, eventualmente, pouco transparente (Bryman, 2004).

### **3.2 Desenho Metodológico da Investigação**

O trabalho iniciou-se com a preparação do projeto de dissertação e a correspondente revisão da literatura que o suportou. Posteriormente, esta foi complementada e atualizada com o desenvolvimento da pesquisa. A Figura 3 resume as principais etapas da pesquisa qualitativa adotadas, de acordo com Foster (1995) e Bryman (2004).

A etapa 1 diz respeito à questão geral ou objetivo principal da investigação que, neste caso concreto se relaciona com a necessidade de conhecer as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China.

**Figura 3 – Etapas da Pesquisa Qualitativa**

*Fonte: Foster, 1995, Bryman, 2004*

Inicialmente o objetivo foi perseguido através da seleção de material temático e da recolha de dados secundários, através de uma revisão bibliográfica de enquadramento ao tópico, da leitura de trabalhos sobre a problemática em estudo, bem como através dos documentos nacionais.

A segunda etapa relaciona-se com a seleção de temas e trabalhos relevante e a terceira, com a recolha de dados secundários, ou seja, da informação disponível na literatura e que foi produzida, utilizada e analisada com objetivos diferentes dos do presente trabalho (Malhotra, 2009). Esta revisão incluiu livros, revistas e artigos científicos e académicos, bases bibliográficas, páginas Web, artigos na Internet e outros documentos e permitiu, após a sua interpretação na etapa 4, elaborar o capítulo II, de enquadramento teórico do trabalho e definir a etapa seguinte, de conceção do instrumento de recolha de informação primária. Esta, para além de permitir obter o conhecimento sobre as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China, procura ainda responder aos seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a intervenção chinesa na criação de infraestruturas na zona em estudo, nomeadamente os investimentos de reconstrução;
- Identificar as razões do investimento chinês em Angola: responder aos objetivos do governo ou captação de recursos para a China;
- Identificar a criação e/ou estabelecimento de empresas privadas em Angola resultantes do investimento chinês anteriormente mencionado;
- Identificar se o investimento chinês está associado à melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social;
- Reconhecer as potencialidades e debilidades da cooperação Angola-China, assim como as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

A leitura, análise e comparação das entrevistas recorrendo à técnica de análise de conteúdo, assim como a redação dos resultados e conclusões integram a etapa 6. A técnica de análise de conteúdo permitiu não apenas a análise coerente de cada pergunta como conjugar a informação recolhida com parte ou alguma da informação secundária recolhida anteriormente. Assim, a sustentabilidade das respostas obtidas pelos entrevistados foi também aferida através de outros documentos consultados na bibliografia para tentar compreender o papel da China no âmbito da construção dessas infraestruturas e o seu impacto no processo de reconstrução de Angola. No capítulo IV são apresentados os resultados e no capítulo V, as conclusões do trabalho, bem como as propostas e ações sugeridas. São também dadas orientações para pesquisas futuras.

O desenho metodológico adotado na investigação dependeu assim, diretamente do objeto em estudo, da sua natureza, amplitude e dos objetivos, geral e específicos, sendo a informação primária recolhida, de natureza qualitativa.

No processo de recolha de dados, para além da predominância dos métodos e técnicas já referidos e tradicionalmente utilizados nos estudos qualitativos: pesquisa no terreno, dossier de campo, entrevistas semidiretivas, análise de documentos e observação participante, foi ainda usada a chamada triangulação (Yin, 2009), para benefício e credibilidade da investigação. O referido autor (Yin, 2009), destaca ainda as vantagens e inconvenientes de diferentes fontes de recolha de dados (Quadro 5). Ponderadas as vantagens e desvantagens e a quantidade significativa de informação de natureza



qualitativa a recolher, justifica-se a opção metodológica de usar a entrevista, nomeadamente a semidiretiva, como instrumento principal de recolha da informação.

**Quadro 5 – Fontes de Recolha de Informação: Vantagens e Inconvenientes**

Fontes de Recolha de Informação	Vantagens	Desvantagens
Documentos Escritos	Estáveis, Exatos Disponíveis Cobertura ao Longo do tempo	Enviesamento Dificuldades Interpretação Acesso Difícil/Bloqueado
Registo de Arquivos	Estáveis, Exatos, Precisos Disponíveis, Quantitativos Cobertura ao Longo do tempo	Enviesamento Dificuldades Interpretação Acesso Difícil/Bloqueado
Entrevistas	Foco na Temática do Estudo Geram introspeção a partir de Inferências causais Flexibilidade na Obtenção Dados	Enviesamento se mal estruturas, com questões pobres ou inadequadas Recolha incompleta Baixo grau controlo sobre os dados recolhidos
Observação Direta	Contexto coberto em tempo Real Avalia toda a amplitude dos fenómenos	Demorada (muito tempo) Seletividade pode levar a enviesamento Enviesamento pela ação do observador Custo Elevado
Observação Participante	Contexto coberto em tempo Real Avalia toda a Amplitude dos Fenómenos Geram introspeção a partir do Comportamento Interpessoal Observado	Demorada (muito tempo) Seletividade pode levar a enviesamento Enviesamento pela ação do observador Custo Elevado
Artefactos Físicos	Geram introspeção através das Características Culturais Geram introspeção em Operações Técnicas	Seleção pode levar a enviesamento Acesso Difícil/Bloqueado

*Fonte: Adaptado de Yin, 2009*

O recurso a entrevistas como material empírico a integrar na pesquisa é uma opção contemporânea em estudos qualitativos (Coelho, 2007). A principal controvérsia no seu uso centra-se nos problemas associados à postura adotada pelo pesquisador em situações de contacto, ao seu grau de familiaridade com o referencial teórico metodológico e à leitura, interpretação e análise do material recolhido.

Como principais vantagens, a técnica de entrevista apresenta o fato de consentir aprofundar o conhecimento que as pessoas atribuem à importância de uma ação ou situação (cooperação Angola-China), bem como a flexibilidade, já que o contacto direto entre o entrevistador e o entrevistado facilita a explicitação das perguntas e das respostas. Contudo, segundo Coelho (2007) não é um instrumento tão útil para consumir generalizações, já que o que ganha em profundidade perde em extensividade.

### 3.3 População e Amostra

Atendendo ao objetivo do estudo (conhecer as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China) foi considerado relevante obter informação de diversos atores locais, especialistas em relações internacionais, conhecedores dos modelos e formas de cooperação e dos resultados alcançados e/ou decisores políticos em Angola. Assim, procedeu-se à identificação da população-alvo que, de acordo com Reis (1997) “*é a totalidade dos elementos sobre os quais se deseja obter determinado tipo de informações*”.

Perante esta abrangência a amostra do presente estudo foi elaborada com recurso ao método de amostragem por conveniência, ou seja, foram selecionados os elementos que se consideraram dariam um melhor contributo” *em função da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que constituem a população-alvo* “ (Reis, 1997).

A amostra selecionada para a realização das entrevistas apresenta-se no Quadro 6, assim como a caracterização genérica do perfil dos entrevistados, desagregados pela entidade a que estão afiliados e cargo que desempenham.

Face às dificuldades encontradas e à reduzida disponibilidade para efetuar o trabalho de campo, não foi possível realizar mais entrevistas, embora um maior número de participantes melhorasse a qualidade do estudo. Uma das razões resultou de obstáculos sistemáticos à efetivação dos contactos para a sua realização e, noutros, a alguma resistência em colaborar com este tipo de trabalho.

Quadro 6 – Amostra selecionada para a execução das entrevistas

Setores	Entrevistado	Entidade	Cargo	Data Entrevista
Setor Público	A	Ministério das Relações Exteriores (MIREX)	Diretor da Direção Ásia e Oceânia	22-07-2013
	B	Ministério da Cultura	Chefe do Departamento de Intercâmbio	10-07-2013
	C	Ministério do Comércio	Chefe do Departamento de Intercâmbio	26-07-2013
	D	Ministério dos Transportes	Diretor do Instituto Nacional de Caminhos de Ferro de Angola	29-07-2013
Setor privado	E	Fundo Internacional Chinês (CIF)	Diretor da Área de Negócios	12-06-2013
	F	CETIC	Responsável pela Execução dos Contratos	17-06-2013
	G	SINOHIDRO	Chefe da Área do Comércio	28-06-2013
Académicos	H	Instituto Superior de Relações Internacionais	Professor	05-08-2013
	I	Instituto Superior de Relações Internacionais	Professor	08-08-2013
	J	Instituto Superior de Relações Internacionais	Professor	19-08-2013

Fonte: Elaboração Própria, 2013

### 3.4 Recolha de Informação

A recolha de informação primária de natureza qualitativa iniciou-se com a pesquisa no terreno. Esta não é uma técnica isolada, mas um método, que implica a comparência continuada do investigador no contexto em estudo, assim como um contacto direto com os atores e situações envolvidos (Coelho, 2007). É uma metodologia moldada para a captação das experiências dos atores e dos sentidos que estes atribuem à realidade que

os rodeia. A pesquisa de terreno implica que “à medida que a recolha de informação se vai processando, através do desencadeamento integrado das ações de pesquisa, o investigador esteja permanentemente a proceder a uma classificação e a uma interpretação dos dados” (Costa, 1999).

O diário de campo foi o processo de construção de sentido (Fernandes, 2002) seguinte. Composto por notas e lembretes, desenvolvimentos de imagens, ideias e experiências, demonstrou ser um instrumento de trabalho essencial no registo das notas, das observações e das reflexões decorrentes do processo de pesquisa empírica, tal como refere Burgess (1997). Foi ainda um importante arquivo de ideias fundamental como apoio à efetivação da análise.

A observação participante foi usada isoladamente e em associação com a realização da entrevista semidiretiva. É uma técnica que se baseia na recolha de elementos de informação, a partir da observação feita pelo pesquisador que se encontra intencionalmente num determinado local e momento. Dado que a pesquisa foi desenvolvida num ambiente familiar, que faz parte do quotidiano dos participantes no estudo, o recurso à observação direta permitiu registar comportamentos e reações que, por complementarem e esclarecerem os dados recolhidos através das entrevistas, enriqueceram as conclusões da pesquisa. Esta técnica tanto pode incluir uma participação distanciada e ligeira como uma mais profunda e integrada desde que se mantenha uma postura o mais neutral e vigilante possível (Coelho, 2007). A observação participada revelou-se essencial, ao permitir aliar a familiaridade preexistente com o tema com a necessária demarcação face ao objeto de estudo.

Como anteriormente mencionado, a técnica da entrevista foi a escolhida como instrumento fundamental de recolha de informação primária, uma vez que de acordo com Yin (2009), esta é uma das principais técnicas de recolha de dados, sobretudo em estudos sobre relações humanas que devem ser relatadas e interpretadas através do olhar de intervenientes específicos e de outros entrevistados bem informados que fornecem informação pertinente sobre determinada situação.

A técnica da entrevista corresponde a uma conversa estruturada que segue um guião e um objetivo pré-determinado. Desta forma, não é um mero exercício espontâneo nem uma reunião de pontos de vista habitualmente acessíveis. Trata-se de um guião pensado de forma cuidada e estrutura delimitada, aplicado com a finalidade de se obter um conhecimento testável (Bryman, 2004). Esta técnica evidenciou ser um excelente instrumento ao presente estudo ao facultar o acesso a informação e a detalhes que dificilmente seriam obtidos ou que poderiam escapar ao observador. Por outro lado, possibilitou aprofundar os elementos de análise recolhidos.

Foram usadas entrevistas semidiretivas aos especialistas integrantes da amostra, para obter informação detalhada sobre a sua opinião acerca das repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China. O termo semidiretividade qualifica o tipo de entrevista quanto à liberdade consentida ao entrevistado. Nas entrevistas semidiretivas não há um esquema rígido de perguntas e respostas, mas antes uma grelha ou guião de assuntos que o entrevistado é convidado a abordar, competindo ao entrevistador a função de orientar o indivíduo para a temática que deseja aprofundar. A entrevista assumiu assim, nesta investigação, um lugar central enquanto técnica de recolha de informação.

A escolha dos atores sociais presentes no Quadro 6, enquanto interlocutores privilegiados, ocorreu pelo seu papel relevante enquanto decisores e/ou especialistas na temática das relações internacionais e conhecimento dos mecanismos e formas de cooperação e do seu papel no desenvolvimento económico-social e económico do país.

Quanto às desvantagens anteriormente referidas relacionadas com o recurso a entrevistas semidiretivas como material empírico a integrar na pesquisa, não se consideraram limitativas. Sem desvalorizar os problemas associados à postura do pesquisador na situação de contacto, ao seu grau de familiaridade com o referencial teórico metodológico eleito e forma como faz a leitura, interpretação e análise do material recolhido, o fato desse mesmo entrevistador ser parte integrante do universo do setor em estudo, facilitou o processo. A proximidade existente no ato da entrevista e o à

vontade com os entrevistados, facultou conversas sem inibições e constrangimentos, sem que a familiaridade existente interferisse no nível de objetividade pretendido.

Segundo Velho (1999), subsistem sempre riscos quando um investigador lida com indivíduos próximos, muitas vezes conhecidos, com os quais compartilha preocupações, valores, gostos e concepções. No entanto, quando tal acontece e se trabalha com um grupo familiar como objeto de pesquisa, deve ter-se sempre em mente que a subjetividade do investigador é intransmissível embora se deva assumir uma procura constante pelo conhecimento o mais objetivo possível. O autor sublinha ainda a necessidade de um posicionamento do investigador e uma preocupação teórica particular que determine o distanciamento necessário para que o seu pensamento e discurso nunca se confundam com o dos interlocutores.

A entrevista é um processo de interação composto de quatro componentes, o entrevistador, o entrevistado, a situação da entrevista e o instrumento de captação de dados ou guião de entrevista. Qualquer um destes elementos pode levar a enviesamentos na informação recolhida. Algumas das possíveis limitações relacionam-se com o entrevistador, seja pela sua incapacidade de lidar com a flexibilidade do método (Quivy e Campenhoudt, 1998), seja pela completa espontaneidade do entrevistado e neutralidade do investigador (Quivy e Campenhoudt, 1998).

#### **3.4.1 Desenho da Entrevista**

Como referido, a entrevista pessoal semidiretiva foi o instrumento metodológico considerado ajustado para responder aos objetivos de pesquisa e cumprir os propósitos assumidos no trabalho. Trata-se de uma conversa enquadrada por uma estrutura e um objetivo e por isso, não apenas um exercício de naturalidade e impulsividade de opiniões. Foram realizadas a atores selecionados que responderam de acordo com um guião de entrevista pessoal, estruturado e cuidado com a finalidade de obter um conhecimento fidedigno e, se possível, testável. Esta entrevista permitiu obter os dados primários que, conjugados com a observação participativa e com a revisão do referencial teórico, levam à prossecução dos objetivos formulados.

A utilização da entrevista permitiu obter do entrevistado as informações necessárias para o problema em questão. Neste contexto, a conceção da entrevista foi uma das escolhas mais importantes. De acordo com Creswell (2003), a entrevista deve ter um baixo grau de padronização e ser de questões abertas, para que a sua estrutura não limite o entrevistado. Sendo respeitados estes parâmetros, os dados obtidos pelas perguntas, respondem ao fenómeno escolhido. Neste caso foi bastante importante obter dos diferentes intervenientes a sua fiel opinião e não limitar as suas ideias sobre os temas escolhidos para as perguntas.

O guião de entrevista utilizado (ver Apêndice A), foi elaborado considerando, como já aludido, uma entrevista semidiretiva, estruturada e com perguntas abertas, para que os entrevistados não se sentissem limitados e pudessem falar abertamente sobre as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China, sobre a sua importância, mecanismos, condicionalismos, benefícios mútuos, ações a desenvolver no futuro e, os pontos fracos/fortes ameaças e oportunidades. Previamente era enviada uma mensagem de texto a solicitar a entrevista (Apêndice B).

As entrevistas realizadas foram pessoais, o que, segundo Hague *et al.* (2004) permite ao entrevistador uma melhor compreensão das respostas obtidas e contribui para explicações mais completas e profundas. Acresce ainda o menor risco de incompreensão e de audição errada numa entrevista desta natureza, o que possibilita maior fiabilidade na entrevista e na recolha dos dados empíricos.

O guião da entrevista utilizado foi elaborado propositadamente para responder às necessidades da pesquisa muito embora tenham sido consultados estudos com idêntica metodologia embora de âmbito, problema de investigação e objetivos diferentes (Coelho, 2007, Cumba, 2013). Foi estruturado em quatro grupos, como seguidamente se detalha:

- I. Importância da Cooperação Chinesa em Angola. A finalidade deste primeiro grupo de questões foi conhecer a visão dos entrevistados da cooperação chinesa em

Angola na atualidade, as suas mais importantes qualidades e atributos, prioridade e reconhecimento;

- II. Mecanismos de Cooperação com a China. Neste segundo grupo de questões o propósito foi o de obter informação sobre as razões do investimento e sobre as Linhas de Crédito Chinesas e o seu papel na cooperação e na criação de infraestruturas, nas modificações ocorridas na realização de projetos de infraestruturas, assim como os efeitos da política de diversificação de Angola nas relações de cooperação bilateral, e as consequências políticas da utilização dessas linhas de crédito;
- III. Benefícios Mútuos da Cooperação com a China. Este terceiro grupo pretendeu conhecer o tipo de benefícios provenientes das relações de cooperação estabelecidas com a China, nomeadamente, diferenças com outras cooperações, recursos disponibilizados para a realização de infraestruturas e a qualidade das mesmas e, as relações de parceria e envolvimento das empresas de ambas as partes e respetivos benefícios. Pretendeu-se ainda conhecer a avaliação, em termos de benefícios mútuos, da cooperação Angola-China;
- IV. Benefícios Mútuos de Outras Cooperações. Este grupo pretendia apurar que outros países concederam linhas de crédito a Angola, em que diferem das chinesas, se têm condições políticas associadas, se são suportadas pelo fundo do petróleo, como foram usadas e que projectos financiaram.
- V. Futuro. Neste grupo final, o propósito era conhecer a visão dos entrevistados acerca do futuro da cooperação Angola-China e correspondentes desafios, para o objetivo de desenvolvimento do país, seja na forma de gestão face a esses objetivos, seja aos desafios futuros. Nesse contexto solicitava-se ainda a indicação das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças da cooperação Angola-China.

Antes de iniciar a entrevista foi solicitada a necessária autorização aos participantes para realizar a gravação em suporte magnético, onde todos os entrevistados concederam, desde que pudessemos respeitar apenas aquilo que seria tido durante a entrevista. Posteriormente, a informação foi transcrita para suporte informático, permitindo uma melhor compreensão e obtenção dos dados. Segundo Creswell (2003), o aparelho de



gravação pode ser um obstáculo, já que em alguns casos pode constranger o entrevistado, limitando a sua verdadeira opinião. Ainda assim, a gravação das entrevistas apresenta vantagens, nomeadamente, a de assegurar a adequada interpretação da informação e, também, o esclarecimento de dúvidas, caso existam (Marshall & Rossman, 1999).

Inicialmente foram seleccionados 20 potenciais entrevistados para a realização das entrevistas, contudo pelos motivos já explicitados, nem todos se mostraram disponíveis para participar. Razões explicativas relacionam-se com dificuldades de agenda, pouca sensibilidade para trabalhos de investigação, receio de quebra de confidencialidade e também algum grau de alheamento do tema.

Dos dez seleccionados, no sector público apenas um se mostrou imediatamente recetivo embora posteriormente se tenham conseguido realizar as restantes três entrevistas e, dos seis seleccionados do setor privado, apenas dois e depois mais um se disponibilizaram. Relativamente aos participantes académicos, dos quatro inicialmente seleccionados, apenas um se mostrou indisponível.

Alguns fatores indutores de erro devem ainda ser referidos, relacionam-se com o facto das entrevistas não se terem realizado em simultâneo no tempo embora tenham ocorrido em período muito próximo. Por outro lado, cada entrevistado tem a sua visão e análise da situação e das questões colocadas, respondendo de forma diferente e conduzindo a maiores dificuldades na obtenção e interpretação de resultados.

As principais limitações à realização das entrevistas foram a organização e os custos. Para além da demora ou do tempo despendido na realização da entrevista porque se tem de programar atempadamente a sessão com o entrevistado, acresce ainda o custo da deslocação e o tempo usado para chegar ao entrevistado (Hague *et al.* 2004). Outra desvantagem relaciona-se com o facto de, indiretamente, a informação ser interpretada do ponto de vista dos entrevistados (Creswell, 2003).

Apesar das limitações, a recolha de dados primários através da entrevista foi uma boa opção no presente estudo, por várias razões. Por um lado, aprofundou a familiaridade já

existente e estreitou o contato direto entre o investigador e os entrevistados e, conseqüentemente, o relacionamento próximo e o envolvimento, tornando-o mais cooperante e participativo. Por outro, permitiu uma boa compreensão da situação e um ambiente propício à recolha e troca de informação entre as partes.

### **3.5 Análise da Informação**

Concluídas as entrevistas, o trabalho de tratamento das mesmas efetivou-se com recurso à análise de conteúdo temática (Bardin, 2009), concentrada na definição de categorias (ou temas) e na observação da respetiva ocorrência no discurso dos entrevistados. Esta corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A informação daqui resultante foi complementada com a oriunda da observação participativa e do trabalho e dossier de campo.

A análise de conteúdo não é mais que um conjunto de instrumentos metodológicos de análise de comunicações desenvolvido nos Estados Unidos, cada vez mais subtil e em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos extremamente diversificados (Bardin, 2009) e onde se procura a inferência de conhecimentos, baseada na dedução, relativa às condições em estudo. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos, o do rigor e da objetividade e o da fecundidade e da subjetividade (Bardin, 2009).

A análise de conteúdo, ao permitir o acesso ao simbólico, às percepções, aos significados, ao latente não deve ter apenas uma dimensão descritiva e classificativa (Coelho, 2007). O maior interesse deste instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo reside nas suas funções heurísticas e verificativas e no alongar o tempo de latência entre as intuições ou questões de partida e as interpretações definitivas alcançadas (Bardin, 2009). Segundo o mesmo autor (Bardin, 2009) primeiro organiza-se a informação e depois codifica-se. Deste modo, a transcrição integral das entrevistas efetuadas, decompostas por questão, foi a primeira tarefa realizada. Todas as outras respostas foram sujeitas a esta técnica, à exceção daquelas em que tal não foi possível em virtude da informação exarada nas respostas ser diminuta ou insuficiente.

Inicialmente foi efetuada uma leitura flutuante dos documentos a analisar, com o objetivo de definir as unidades de registo, para delimitar o segmento de conteúdo a considerar como unidade de base. A seguir, consideraram-se como “unidades de registo” as frases significativas que mencionassem temas, para assim se descobrir os “núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição, podem representar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2009).

Assim sendo, foi de grande conveniência contextualizar as frases, já inseridas por unidades de registo, em unidades de contexto, pois serviram de “unidades de compreensão para codificar às unidades de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores s unidades de registo) são ótimas para que se possa compreender o significado exato dessas mesmas unidades de registo” (Bardin, 2009).

Considerou-se que cada unidade de registo teria uma subcategoria e que por sua vez daria origem a categorias mais latas, segundo os objetivos a atingir. Segundo Bardin (2009) “o sistema de categorias deve refletir as intenções de investigação, as questões do analista e/ou corresponde às características da mensagem”, então as categorias são classes homogêneas que contêm um grupo de subcategorias com algo em comum.

Esta técnica permitiu redigir o capítulo IV sobre o Contributo e Impacto da China no Desenvolvimento de Angola e apresentar os resultados que, no essencial, respondem aos objetivos do estudo.

A análise de conteúdo apresenta um conjunto de vantagens a não desprezar numa pesquisa, seja por forçar a distância em relação a interpretações espontâneas (pois não se trata de julgar, mas sim de analisar critérios sobre a organização interna da visão e do discurso), seja por abranger um conjunto de procedimentos muito metódicos e sistemáticos, sem que isso prejudique a profundidade do trabalho e a criatividade do investigador, seja sobretudo por funcionar como uma técnica não obstrutiva, um instrumento indireto de recolha de informação que visa obviar os enviesamentos enunciados (Coelho, 2007).

## **Capítulo IV – Contributo e Impacto da China no Desenvolvimento de Angola.**

O capítulo dos Resultados e Discussão tem como finalidade apresentar, discutir, interpretar e analisar os resultados, tendo em vista demonstrar que se explicitaram e cumpriram os objetivos propostos. Com esta demonstração, evidencia-se ainda a contribuição do estudo para um melhor conhecimento da temática. Os resultados seguidamente apresentados decorrem do trabalho e dossier de campo, da observação participante e das entrevistas realizadas.

### **4.1 Caracterização dos Entrevistados**

No que diz respeito a caracterização da amostra, os entrevistados exercem cargos de chefia nas instituições públicas e privadas, havendo baixa percentagem que se dedica à carreira académica. Têm diferentes faixas etárias embora maioritariamente acima dos 35 anos de idade e desempenham o cargo que ocupam atualmente há mais de seis anos, havendo um ou outro cuja antiguidade no cargo em exercício é superior a oito anos.

Quanto ao nível de escolaridade todos são detentores de uma licenciatura em diversas áreas, havendo poucos mestres e doutores em Relações Internacionais.

Os diferentes entrevistados, de uma forma geral, manifestaram a sua opinião sobre todos os aspetos questionados, com um domínio bastante satisfatório dos conceitos apesar de nem todos estarem licenciados em Relações Internacionais. Alguns, quer pela sua formação académica, quer pela sua experiência profissional, demonstraram um conhecimento abrangente sobre os aspetos questionados e uma visão clara da importância da cooperação Angola-China para o desenvolvimento social e económico em Angola, dando a sua opinião sobre a mesma. Outros entenderam as perguntas e responderam só em função da entidade que representam.

Nas respostas de alguns entrevistados encontram-se contributos importantes para o futuro da cooperação e o desenvolvimento de Angola. A opinião destes atores com especial relevância no tema, conjugada com os documentos estratégicos nacionais, e com o referencial teórico presente na literatura, permite verificar os objetivos formulados na investigação.

## **4.2. Discussão dos Resultados**

Os resultados emergem das diferentes técnicas utilizadas, sobretudo das entrevistas semidiretivas e da observação participante, complementados com o trabalho e as notas do dossier de campo.

Conforme anteriormente referido, a análise dos dados obtidos pelas entrevistas foi efetuada através da técnica de análise de conteúdo, definida por Bardin (2009). Primeiro foram criadas unidades de contexto por inquirido com o intuito de construir as unidades de registo, relativamente a cada uma das perguntas. Posteriormente foram agrupadas as unidades de registo, em subcategorias, as quais deram origem a categorias.

A análise foi realizada de modo a dar uma descrição relativamente simples e direta dos resultados. As quatro etapas seguidas na análise foram as seguintes:

1. Transcrição das entrevistas, para suporte informático;
2. Organização e síntese das respostas *de* acordo com os grupos definidos no guião de entrevista;
3. Leitura das transcrições de modo a rever e organizar as codificações que até então tinham surgido;
4. Análise, comparação e relacionamento de padrões da lista e hierarquia de categorias definidas no passo anterior.

Numa última fase da análise, após terem sido criadas as categorias e conceitos mais salientes relativamente às repercussões da cooperação Angola-China, ao enquadramento

das prioridades, aos benefícios mútuos, aos objetivos, desafios e futuro da cooperação, foram procuradas declarações nas transcrições que ilustrassem esses aspetos e que pudessem ser utilizados para apresentar os resultados. Esta informação foi complementada com a obtida através da técnica da observação participante e das notas do dossier de campo.

Seguidamente apresentam-se e discutem-se os principais resultados obtidos organizados de acordo com a estrutura que compõe a entrevista. No final apresentam-se algumas considerações gerais, relativamente a aspetos transversais a esta divisão.

#### **4.2.1 Importância da Cooperação Chinesa em Angola**

No que se refere ao papel e importância da intervenção chinesa em Angola, sobretudo na criação de infraestruturas na atualidade, à visão de todos os entrevistados é que estes são bastante benéficos para ambas as partes, mas todos os entrevistados acreditam ser muito importante a questão da fiscalização nos projetos a serem executados para uma melhor qualidade dos referidos projetos. Referem ainda o facto de, no ano de 2006, Angola ter sido considerada a maior exportadora de petróleo para a China embora esta exportação corresponda, maioritariamente, à liquidação de grande parte da dívida a esse país.

De certa forma, a cooperação chinesa em Angola pode ser justificada conforme sugerido por Kehoane (1989) como uma relação custo-benefício ou, segundo Powell (1991), pela maximização dos interesses de cada um dos parceiros.

É importante salientar que uma das grandes qualidades e atributos que, a maioria dos entrevistados, considera associada à cooperação chinesa em Angola é a não ingerência nos assuntos internos, ou seja, no cumprimento do acordo assinado entre os dois países onde esse princípio está plasmado. De uma forma geral para os entrevistados, a China é entendida como um parceiro fiável e com nenhuma interferência nos assuntos internos. Um dos entrevistados afirmou textualmente: “...o relacionamento entre a China e Angola começou na altura em que a guerra entre as duas facções políticas, MPLA e

*UNITA, chegou ao fim, isto em 2002, e desde aí as relações são amigáveis e têm como principal atributo à não ingerência em assuntos internos, o que faz com que haja atração a outros investimentos”.*

Também para a maioria dos entrevistados, a intervenção chinesa na criação de infraestruturas é muito pertinente porque a China é um país que oferece rapidez nos serviços e mão-de-obra bem mais barata com relação há outros países que também investem capitais em Angola exemplo: E.U.A, Japão, Portugal, entre outros.

Todos os entrevistados continuam lamentando o fato de que Angola sofreu uma guerra interna que perdurou por mais de dez anos e causou a destruição das maiores infraestruturas do país, e quando Angola clamou por ajudas exteriores para reerguer as mesmas, somente a China ofereceu a melhor e mais viável forma do reembolso.

Na opinião de todos os entrevistados, a prioridade é direcionada para a reconstrução de infraestruturas para o desenvolvimento social e económico, que será reconhecido por todo o povo angolano, desde o mais alto patamar, até ao mais baixo.

Mencionado pela maioria dos entrevistados é o sugerido por Rodrik (2009) e Sangreman (2009) no que respeita aos países destinatários da ajuda e aos critérios da sua escolha, ou seja, que o criar bem-estar da população deve ser um elemento prioritário.

#### **4.2.2 Mecanismos de Cooperação com a China**

Neste segundo grupo de questões o propósito foi o de obter informação sobre as razões do investimento e da linhas de crédito chinesas e, o seu papel na cooperação e na criação de infraestruturas, nas modificações ocorridas na realização de projetos de infraestruturas. Também os efeitos dessas linhas de cooperação na política de diversificação de Angola, nas relações de cooperação bilateral e nas consequências políticas da sua utilização foram aspetos questionados.

Na opinião da maioria dos entrevistados as razões da cooperação e investimento chinês, devem-se, em primeiro lugar, ao fato de Angola ter uma importante posição geoestratégica em termos económicos. Em segundo lugar (para a maioria dos entrevistados), Angola é um país rico em matérias-primas que precisam de ser exploradas e, para a China, este é um grande desafio e também uma oportunidade. Em terceiro lugar, na visão dos entrevistados, sendo Angola muito vasta em termos de dimensão, necessita de várias infraestruturas para descentralizar a sua população concentrada na capital e desta forma combater a poluição e beneficiar o meio ambiente. Também para os entrevistados do setor não académico por Angola ser um país muito fértil em termos agrícolas vemos a necessidade de maior exploração dos seus recursos naturais e, finalmente, em quinto lugar a entrada de novos investimentos e capitais em Angola.

Alguns dos entrevistados, relativamente aos mecanismos de cooperação, afirmaram: *“existir dois fóruns de cooperação: sino-africana e Macau. Nos sino-africanos encontram-se a maior parte dos países africanos e está presente Angola. Mas também existem outros mecanismos de cooperação que concedem as verbas para financiar projetos que estão em pastas como: O EximBank da China e o Banco Mundial, entre outros”*.

Aparentemente a cooperação Angola-China suporta-se nas escolas funcionalista e neofuncionalista que sustentam a cooperação em organizações internacionais orientadas para aspetos não políticos, como sejam, as missões técnicas, de paz, saúde e promoção do bem-estar das populações (Haas, 1964, Mitrany, 1976).

Embora a tomada de empréstimos garantidos em petróleo por parte de Angola tivesse sido uma prática recorrente, o que diferencia o empréstimo chinês dos outros é a sua completa utilização para projectos de infraestrutura (Brautigam, 2011). Técnicos chineses encontram-se envolvidos nas principais obras do país, desde a construção de escolas até as redes de saneamento básico (água e esgoto), energia elétrica e comunicações, assim como de infraestrutura urbana.



Em relação aos interesses próprios em Angola que, eventualmente, a China tem, todos os entrevistados mencionaram claramente o petróleo como um desses interesses. Tal opinião é consistente com a informação encontrada na literatura, onde não apenas a crescente presença da China em África e os importantes volumes monetários associados a alguns projectos, são demonstrados, como o seu interesse preferencial pelo recurso natural petróleo (Foster et al. 2009; Brautigam, 2010). Também Pautasso (2009) afirma serem os empréstimos concedidos pelo Eximbank apenas um instrumento para garantir um fornecimento estável de petróleo para a China.

Depois das entrevistas feitas nos diversos setores, pode concluir-se que a exportação do petróleo, constitui o principal interesse da China em Angola, apesar de ser um bem esgotável, mas para os entrevistados, caso o petróleo escasseie pode-se sempre recorrer ao sector industrial, onde o país é igualmente rico.

#### **4.2.3 Benefícios Mútuos da Cooperação com a China**

Relativamente aos benefícios provenientes das relações de cooperação estabelecidas com a China, foi considerado por todos os entrevistados que o investimento chinês em Angola tem obrigado ao investimento privado e aberto novas oportunidades para o futuro. Para todos os entrevistados os benefícios são evidentes, desde *“a entrada de capitais para os dois países, à reconstrução de infraestruturas e o desenvolvimento económico e social, até à não ingerência em assuntos internos”*.

Quanto as diferenças com outras cooperações, na opinião de todos os entrevistados, além da não ingerência em assuntos internos, a China oferece para Angola (África) mão-de-obra barata e matéria-prima qualificada.

Considerando os recursos disponibilizados para a realização da construção de infraestruturas das mesmas, para todos os entrevistados é necessário haver maior seriedade na fiscalização e execução dos projetos, para que haja o menor risco possível nas falhas.

No que tange à criação de empresas privadas resultantes do investimento chinês, para a maioria dos entrevistados, atualmente já existem algumas empresas privadas resultantes do investimento chinês em Angola, embora ainda sejam poucas. Sendo assim os entrevistados, consideram contudo que, com o passar do tempo, haverá certamente mais empresas privadas interessadas em investir os seus capitais em Angola.

As qualidades das infraestruturas possibilitadas pelo investimento chinês são consideráveis de boa qualidade, dando exemplo do caminho-de-ferro de Angola que até a data atual não têm alguma reclamação.

Quanto às relações de parceria e envolvimento das empresas de ambas as partes e respetivos benefícios, a maioria dos entrevistados afirma que os pacotes de crédito foram aplicados por fases, em projectos executados em *joint-ventures*, com duração entre um a dois anos, em áreas como a energia e águas, a educação, a saúde, as obras-públicas e a agricultura.

#### **4.2.4 Benefícios Mútuos de Outras Cooperações**

Com este grupo de questões pretendeu-se apurar os benefícios mútuos resultantes de outras cooperações que não a China. Assim, relativamente a outros países que concederam linhas de crédito a Angola, todos os entrevistados declaram que estas formas de cooperação diferem da chinesa pelo fato de não terem condições políticas associadas embora também sejam suportadas pelo fundo do petróleo.

A maioria dos especialistas, sobretudo os do setor académico, consideram que os montantes disponibilizados foram usados para o financiamento de projectos de reconstrução de infraestruturas, como: Hospitais, escolas, caminho-de-ferro, entre outros.

Pautasso (2009) crítica a cooperação Angola-China por inviabilizar outras cooperações, nomeadamente a cooperação portuguesa e brasileira e também por considerar o empréstimo concedido pela China responsável pelo fracasso do programa do FMI para

Angola, cujo objetivo era aumentar a transparência do governo a fim de diminuir a corrupção.

Mais é do conhecimento da maioria dos entrevistados que Angola somente superou a crise dos pós guerra, com a ajuda da China, os quais, na sua maioria, consideram não adequada a opinião de Pautasso.

#### **4.2.5 Indicadores de Desenvolvimento Económico e Social**

Todos os entrevistados consideram que a melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social é bem visível pela criação e desenvolvimento das infraestruturas em Angola, nomeadamente a criação de escolas e hospitais em toda a extensão territorial que, conseqüentemente, gera emprego para a população juvenil e reduz bastante a taxa do desemprego.

No setor industrial, alguns todos os entrevistados consideram que a criação de novas indústrias em Angola vêm diminuindo a dependência alimentar externa e, inclusivamente, tem permitido a exportação de alimentos e bens de primeira necessidade há outros países.

Neste contexto, foram os indicadores económicos considerados satisfatórios pelos entrevistados, muito por força da conjuntura do petróleo que mantêm os preços altos nos mercados mundiais e também pelo grande melhoramento das infraestruturas em Angola.

De acordo com o BNA (2008), as exportações de Angola concentram-se em bens primários que dependem das flutuações dos preços do mercado internacional. O petróleo segue para os Estados Unidos, China e França e os diamantes para a Bélgica e Israel. Estes dois produtos incorporam cerca de 65 a 70% do PIB. O petróleo tem o maior contributo para as exportações (95%), contando o do não petróleo sobretudo com os diamantes (5%). O café e os produtos da pesca apresentam valores residuais.

Segundo a mesma fonte, as importações angolanas são características duma economia nas primeiras fases de crescimento qualificada pela escassez de recursos e o baixo nível de industrialização. A importação integra fundamentalmente bens de consumo corrente (alimentos e combustível), bens de consumo intermédio (matérias-primas) e bens de capital (financiamento dirigido a partir da paz de 2002 para a reconstrução e recuperação das infraestruturas nacionais) (BNA, 2008).

#### **4.2.6 Futuro**

O desejo de todos os entrevistados é que no futuro a cooperação com a China possa atingir patamares mais altos, onde possa haver diversificação para que haja mais investimentos privados. Que haja mais fiscalização nas obras públicas e menos lucros para quem está diretamente ligadas a cada projeto.

Relativamente aos desafios do futuro da cooperação Angola-China, na visão de todos os entrevistados, deve haver maior e mais rigorosa fiscalização para execução dos projetos e menos burocracia para tal.

No que respeita aos objetivos de desenvolvimento do país, para todos os entrevistados, estes objetivos foram alcançados no que tange, à execução de cada projeto.

Forma de gestão face a esses objetivos e aos desafios futuros, para todos os entrevistados, deve haver maior seriedade e fiscalização dos projetos a serem executados, para o benefício de toda a população angolana. Afirmaram mesmo: *“que o futuro desta grande cooperação, depende não somente da relação amigável entre os dois países, mas também da monitorização dos projetos a serem executados”*.

### **4.3 Pontos Fortes, Fracos, Ameaças e Oportunidades**

Os resultados relativos à indicação das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças da cooperação encontram-se transcritos no Quadro 7, de forma a garantir o anonimato das respostas.

Seguindo a indicação de Bardin (2009), inicialmente foi efetuada uma leitura dos documentos a analisar (textos das entrevistas, notas do dossier de campo e da observação participante), com o objetivo de definir as unidades de registo (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e para delimitar o segmento de conteúdo a considerar como unidade de base (unidade de descrição). Não foram consideradas subcategorias nas unidades de registo, por não se julgar necessário (Quadro 7).

Os elementos descritos nas unidades de registo (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) do Quadro 7 refletem o nível de desenvolvimento atingido em Angola até a data. De modo geral, os entrevistados consideram ter a cooperação Angola-China efeitos positivos mútuos e “*os dois países têm interesses em atingir outros patamares*“, embora esta apresente também algumas fraquezas e ameaças.

**Quadro 7 – Unidades de Descrição e Unidades de Registo**

Entrevistados	Unidade de Descrição	Unidade de Registo
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Interesse mútuo em atingir outros patamares	Forças
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Ajuda financeira sem juros de reembolso	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Mão-de-obra barata	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Matéria-prima qualificada	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Burocracia na execução dos projetos	Fraquezas
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Falta de Fiscalização nas obras	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Pouca exploração dos recursos existentes	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Escassez recursos humanos	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Imigração chinesa	Ameaças
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Introdução da cultura chinesa em Angola	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	População vir a ser maioritariamente chinesa	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Exploração excessiva recursos naturais pela China	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Maior exploração recursos naturais e humanos	Oportunidades
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Redução da taxa de desemprego	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Aumento oferta Imobiliária	
A,B,C,D,E,F,G,H,I,J	Desenvolvimento económico e social de Angola	

*Fonte: Elaboração Própria, 2013*

Ambas as informações recolhidas, primária através das entrevistas realizadas e, secundária oriunda da revisão da literatura, indicam que a cooperação Angola-China tem ajudado na melhoria dos indicadores de desenvolvimento social e económico embora o país continue dependente do petróleo como motor desse progresso. É ainda feita uma análise crítica às fraquezas, nomeadamente, a burocracia na execução dos projectos e a falta de fiscalização nas obras, assim como a escassez de recursos humanos e de exploração dos recursos. Um dos entrevistados afirma que “*as formas de gestão dos projetos são muitos burocráticos, o que vem dificultar até certo ponto esta relação*”. Como ameaças são identificadas o grave aumento da imigração e a consequente introdução da cultura chinesa em Angola, a exploração excessiva dos recursos naturais pelos chineses e, no longo prazo, a ameaça de um grande volume da população vir a ser de etnia chinesa.

Como oportunidades, os respondentes consideram a diminuição da taxa de desemprego, o aumento da oferta imobiliária permitida pela construção de inúmeros edifícios, a maior exploração dos recursos naturais e humanos e, o desenvolvimento social e económico de Angola. Um dos entrevistados afirma que “*as oportunidades são imensas, desde a grande redução na taxa de desemprego até a melhor exploração dos recursos naturais de Angola*”.

Apontam-se ainda as seguintes forças associadas à cooperação Angola-China, a possibilidade desta ser incrementada passando para outros patamares, a ajuda financeira sem juros de reembolso, mão-de-obra barata e matéria-prima qualificada.

## **Capítulo V – Considerações Finais**

A presente dissertação reflete o trabalho de pesquisa sobre a intervenção chinesa na criação de infraestruturas em Angola, nomeadamente os investimentos de reconstrução. Neste capítulo são apresentadas as conclusões desta investigação sob a égide da revisão bibliográfica e do trabalho de campo, tendo em conta os objetivos da investigação. No final faz-se uma reflexão que pretende identificar algumas limitações e levantar algumas questões implicadas ou potenciadas pelo descrito nesta dissertação e que, eventualmente possam ter implicações em trabalhos futuros.

### **5.1 Conclusões do estudo**

Não são muitas as abordagens e conceptualizações, conhecidas, em torno da cooperação internacional e sua importância na criação de infraestruturas, sobretudo em Angola. Em termos de paradigma prático da cooperação Angola-China esta integra-se no dos projetos setoriais.

Delimitado o problema, as questões de pesquisa e os objetivos, foi descrito o enquadramento teórico, baseando-se nas principais referências da literatura. Também foram analisadas pesquisas realizadas, que serviram de evidência a comparações e interpretações dos dados obtidos.

A realização desta dissertação teve como objetivo principal conhecer as repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China, mas especificamente, conhecer o papel da China no âmbito da construção dessas infraestruturas e o seu impacto no processo de reconstrução de Angola. Como objetivos específicos, reconheceram-se, os seguintes:

- Identificar as razões do investimento chinês em Angola: responder aos objetivos do governo ou captação de recursos para a China;
- Identificar a criação e/ou estabelecimento de empresas privadas em Angola resultantes do investimento chinês anteriormente mencionado;



- Identificar se o investimento chinês está associado à melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social;
- Reconhecer as potencialidades e debilidades da cooperação Angola-China, assim como as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Os dados recolhidos através da condução da pesquisa empírica permitiram tirar algumas conclusões interessantes. Verificando a importância do tema e a escassez de estudos sobre o mesmo, este estudo, embora com carácter exploratório, constitui um contributo interessante na melhoria do conhecimento das repercussões económicas e sociais geradas no desenvolvimento de infraestruturas no período 2010-2011 da cooperação entre Angola e a China.

O cumprimento do primeiro objetivo específico elucida as razões do investimento chinês em Angola, nomeadamente, a posição geoestratégica do país em termos económicos e o interesse do governo chinês no petróleo e noutros recursos. Para o governo angolano era importante captar recursos para a reconstrução do país devido aos trágicos efeitos da longa guerra civil. De uma forma geral, a China é entendida como um parceiro fiável e com pouca interferência nos assuntos internos.

Para responder ao segundo objetivo de identificar a criação e/ou estabelecimento de empresas privadas em Angola resultantes do investimento chinês, são ainda em número reduzido as empresas privadas criadas ou estabelecidas em consequência do investimento chinês em Angola. Existem também algumas parcerias temporárias estabelecidas entre empresas chinesas e angolanas, em regime de *joint-ventures*, com duração variável, em função do tempo de execução do projeto respetivo.

No que respeita ao terceiro objetivo, pode afirmar-se estar o investimento chinês associado à melhoria dos indicadores de desenvolvimento económico e social, através da criação de infraestruturas em distintos sectores, embora os indicadores de desenvolvimento humano ainda estejam abaixo dos níveis desejados e sugeridos pelas organizações internacionais para garantir o bem-estar da população.

No que respeita às potencialidades e debilidades da cooperação Angola-China, as forças da cooperação estão fundamentalmente associadas ao interesse dos dois países em atingir outros patamares, à ajuda financeira sem juros de reembolso, à mão-de-obra barata e ainda, à matéria-prima qualificada. As fraquezas em torno da cooperação entre Angola e a China devem-se ao fato de existir muita burocracia na execução dos projetos, à falta de fiscalização nas obras, à pouca exploração dos recursos existentes e, também, à escassez de recursos humanos. As oportunidades do investimento chinês são inúmeras desde, a maior exploração dos recursos naturais e humanos à redução na taxa de desemprego, passando pela construção de inúmeros edifícios em Angola e, pelo desenvolvimento económico e social do país. Quanto a ameaças, salientam-se as relacionadas com a imigração chinesa e correspondente introdução da cultura chinesa em Angola, com a eventualidade da população em Angola vir a ser maioritariamente chinesa e, ainda, com a exploração em excesso dos recursos naturais pelos chineses.

Finalmente de referir que se existem argumentos em oposição à cooperação Angola-China e à expansão da China em Angola, como sejam o uso das capacidades económica e financeira da China como instrumento de política externa para captar recursos, da resistência angolana aos trabalhadores, e à concorrência dos produtos chineses, também, existem argumentos a favor. Angola tem a possibilidade de conseguir inserção num novo eixo de política internacional e de assegurar financiamento à necessária reconstrução nacional e ao desenvolvimento social e económico.

A projeção da China em Angola resulta sobretudo da sua grande capacidade económica para financiar o crescimento e recuperação do país e da vontade firme dos dois governos em fortalecer e diversificar cada vez mais a sua parceria, que consideram com carácter estratégico. A materialização deste desejo traduziu-se na identificação de trocas comerciais e nos contatos e consultas a vários níveis, como esta escrita no princípio deste capítulo.

## 5.2 Limitações

Embora todos os métodos de pesquisa apresentem limitações (Vergara, 2004) cabe ao investigador atende-las e procurar evitar as dificuldades. Assim, uma reflexão sobre todas as fases e desenvolvimentos da pesquisa, desde a preparação à realização do trabalho de campo e análise dos resultados, possibilitam identificar essas limitações e fazer despontar questões que, eventualmente, podem vir a ter implicações em trabalhos futuros.

Na fundamentação teórico-empírica, embora tenham sido selecionados com precisão os conceitos teóricos que melhor se ajustam à temática, considerando a revisão da literatura feita, existem limitações relativamente à quantidade e qualidade da informação estatística disponível.

Na metodologia, embora estando em presença de um estudo exploratório, cabe destacar que o universo estudado não é representado por uma amostra probabilística. Assim, as inferências tomadas não devem ser interpretadas de forma generalizada mas com certas restrições. Não existindo garantia de representatividade da amostra, não se podem extrapolar para o universo, os resultados obtidos.

Neste caso em particular, lamenta-se ainda o fato de não se ter conseguido uma maior participação de especialistas nas entrevistas e, em particular, a opinião de alguns representantes a nível provincial, agradecendo contudo ao Diretor da Direção Ásia/Oceânia do Ministério das Relações Exteriores (MIREX) ter participado neste estudo. Certamente é um dos principais interessados nos resultados obtidos. Parte da justificação para o reduzido número de entrevistas encontra-se nas limitações temporais manifestadas por alguns dos potenciais entrevistados, não havendo forma, em tempo útil, de esperar pela sua disponibilidade. Um maior número de respostas teria certamente enriquecido a informação recolhida e os resultados e conclusões retirados.

A incidência deste estudo é limitada geograficamente a Angola e mais, especificamente a Luanda sendo portanto, muito provável que as conclusões do mesmo, ao refletirem a

visão de especialistas desta cidade, não sejam aplicadas a outras cidades ou regiões onde as repercussões da cooperação Angola-China sejam menores ou mesmo inexistentes.

Por outro lado, o instrumento de recolha de dados utilizado nesta pesquisa – entrevista, apresenta como limitação o tempo despendido na sua realização e a dificuldade com a programação atempada da mesma. Acrescem ainda o custo e duração da deslocação para chegar ao entrevistado, esta última geralmente, demasiado longa, devido à complexidade do tráfego em Luanda.

Na discussão dos resultados, houve uma preocupação para que os mesmos fossem apresentados de forma sintetizada, permitindo uma leitura fluida, embora tal nem sempre tenha sido possível.

### **5.3 Recomendações e Perspetivas de Pesquisa Futura**

Este trabalho pretendeu contribuir para um maior conhecimento sobre o impacto da cooperação Angola-China na construção de infraestruturas e no desenvolvimento económico e social do país. O tema, para além de importante num contexto académico, também o é para o desenvolvimento do país.

A cooperação pode ser estudada a vários níveis, desde económico, político, diplomático, social, cultural, entre outros, até à capacidade de atrair empresas, à construção ou ainda à forma de ganhos de competitividade. Como perspetivas futuras de estudo deixam-se as seguintes ideias:

- Executar um trabalho semelhante, adotando o questionário como técnica de recolha de dados primários, permitindo obter a opinião de um número mais significativo de intervenientes na cooperação, aos níveis interno e externo, nacional e regional;
- Avaliar se, noutras cidades onde já existe construção de infraestruturas suportadas por capital chinês, há resultados eficazes e quais os respetivos impactos a nível do desenvolvimento económico e social;

- Estudar mais profundamente a cooperação Angola-China, identificando em detalhe, as ferramentas utilizadas para a melhoria da mesma.

Avaliar e priorizar os principais critérios para a cooperação de modo a observar os seus impactos.

## Referências bibliográficas

- AARSÆTHER, Aslaug (2011). “Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola”, Tese de Mestrado, Department of Comparative Politics - University of Bergen, Junho, Disponível online em <https://bora.uib.no/bitstream/1956/4930/1/84870016.pdf>, Acesso em 10 de Maio de 2013.
- ALDEN, Chris, Dan LARGE e Ricardo SOARES DE OLIVEIRA (2008). “China Returns to Africa: Anatomy of an Expansive Engagement “, *Working Paper* 51.
- BALASSA, Bela, B. (1974). *The structure of protection in developing countries*, Johns Hopkins Press, Baltimore.
- BARDIN, L (2009). *Análise de Conteúdo*, Edição revista e atualizada Lisboa, Edições 70. ISBN, 9789724415062, 287 p.
- BAUER, P.T. (1981). *Equality, the Third World, and Economic Delusion*, Harvard University Press.
- BESADA, Hany, WANG, Yang, WHALLEY, John (2008). “China's Growing Economic Activity in Africa”, Working Paper w14024, Maio.
- BEURET, Beurrait e MICHEL, Serge (2008). “La Chine a-t-elle un plan en Afrique?”, *Afrique Contemporaine*, n.º 228, pp. 49-68.
- BHAGWATI, Jagdish (1982). “Directly Unproductive Profit-Seeking Activities”. *Journal of Political Economy*, vol. 90, Outubro.
- BNA-Banco Nacional de Angola (2008).

- BRAUTIGAM, D. (2010). “China, Africa and the International Aid Architecture”. Working Paper 84, African Development Bank Group.
- BRAUTIGAM, Deborah (2011). “China and Oil-backed Loans in Angola: The Real Story”, Disponível online em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2011/10/china-and-oil-backed-loans-in-angola.html>, Acesso em 13 Maio 2013.
- BRYMAN, Alan (2004). *Social Research Methods*, Oxford University Press, USA, 2<sup>nd</sup> edition.
- BURGESS, Robert G. (1997). *A Pesquisa de Terreno – uma introdução*, Oeiras, Celta Editores.
- CAETANO, João, A. (2002). *Textos das Relações Económicas Internacionais*, Editorial Nzila, p.89, Luanda.
- CARIA, Telmo H. (2003). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino (1983). *Metodologia Científica*, 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- CHENERY, H., M. S. AHLUWALIA, C. L. G. Bell, J. H. DULOY e R. JOLLY (1974). *Redistribution with Growth*, Oxford: Oxford University Press.
- CHICHAVA, Sérgio (2010). “Moçambique na Rota da China: uma oportunidade para o desenvolvimento?”, *Desafios para Moçambique, IESE, Moçambique*.
- COELHO, Sandra (2007). “(N)o Mundo (d)a (Revira)volta - formas alternativas de distribuição numa era de globalização: o Comércio Justo”, Dissertação

desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em “Desenvolvimento e Inserção Social”, Universidade do Porto.

COLANDER, David (ed.) (1985). *Neo-classical Political Economy: The Analysis of Rent-Seeking and DUP Activities*. Cambridge, MA, Ballinger.

COOK, Lisa D. e Jeffrey D. SACHS (2001). “AFRICA COMPETITIVENESS Report 2000-2001”, World Economic Forum. Disponível em:[http://www.eearth.columbia.edu/sitefiles/file/Sachs%20Writing/2001/WorldEconomicForum\\_2000-2001\\_AfricaCompetitivenessReport2000-2001\\_ExecutiveSummary.pdf](http://www.eearth.columbia.edu/sitefiles/file/Sachs%20Writing/2001/WorldEconomicForum_2000-2001_AfricaCompetitivenessReport2000-2001_ExecutiveSummary.pdf), Acesso em 21 de Maio de 2013.

CORKIN, Lucy (2011). “China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience?” *Angola Brief*, January, Vol. 1, No.1. Disponível online em <<http://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>>. Acesso em 10 Maio de 2013.

COSTA, António Firmino da (1999). “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, em *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

CRAVINHO, J.T.G. (2002). *Visões do mundo, as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, ICS, Lisboa.

CRESWELL, John (2003). “Research design: qualitative, quantitative and mixed method approaches”, Sage Publications, 2 ed., 246p.

CUMBA, Maria (2013). “Perceção do Mercado de Capitais em Angola”, Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios, Universidade de Évora.

DOUGHERTY, E. James & PF ALTGRAFF, Robert Júnior (2003). “*Relações Internacionais As Teorias em Confronto*”, Editora Grávida, pág 642.



- ESTEVES, Dilma (2008). *Relações de Cooperação China-África: O caso de Angola*, Editora Almedina, Coleção Monografias. ISBN 9789724033389, 268 páginas.
- EUROMONITOR INTERNACIONAL (1196, 2003, 2008) Disponível on-line em: <http://www.euromonitor.com/> Acesso em Maio de 2013.
- FERNANDES, Luís (2002). “Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica”, in Telmo H. Caria, (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Patrícia M. (2010). “Cooperação Sul-Sul: a China em África”, *Janus 2010* anuário de relações exteriores, [http://www.janusonline.pt/popups2010/2010\\_3\\_4\\_11.pdf](http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_4_11.pdf)
- FOSTER, J. (1995). “Informal Social Control and Community Crime Prevention”, *British Journal of Criminology*, 35:563-583.
- FOSTER, V., BUTTERFIELD, W., CHEN, C., PUSHAK, N. (2009). *Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa*. World Bank Executive Summary.
- FRIEDMAN, Milton (1976). “Consumption analysis, monetary history and theory: demonstration of the complexity of stabilization policy”, Nobel Prize in Economics documents 1976, Nobel Prize Committee.
- GONÇALVES, Williams da Silva /2010). “A Presença da China na África”, In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo. (Org.). *Segurança Internacional: Perspetivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 01, p. 523-538.
- HAAS, Ernst B. (1958). *The Uniting of Europe*. Stanford: Stanford University Press.

- HAAS, Ernst B. (1961). "International Integration: The European and the Universal Process", *International Organization*, 15, p.366-392, 1961.
- HAAS, Ernst B. (1964). *Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization*, Stanford University Press.
- HAGUE, Paul, HAGUE, Nick, MORGAN, Carol-Ann, PAGE, Kogan, (2004). *Market research in practice: a guide to the basics*, Practice series, ISBN 0749441801.
- HARRIS, J.R. e TODARO, M.P. (1970). "Migration, unemployment and development: a two sector analysis", in *The American Economic Review*, Vol. 60, New York, EUA.
- HARSCH, Ernest (2007). "Big leap in China-Africa ties. Beijing offers continent more aid, trade and business", *Africa Renewal*, Janeiro, Disponível em: <http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/vol20no4/204-china-africa-ties.html>, Acesso em 15 de Maio de 2013.
- HIGGINS, B. (1959). *Economic development. Problems, principles and policies*, W.W.Norton, New York, EUA.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1958). *The Strategy of Economic Development*, New Haven, Conn.: Yale University Press.
- JACKSON, Steven F. (2010). "Reflections of Soft Power: African Perceptions of China", *International Studies Association Annual Convention*, New Orleans, February 19.
- KATOND, Dior (1998). "*Cours de Théorie de la Coopération Internationale*", Université de Lubumbashi.
- KEOHANE, R.O. (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Economy*, Princeton University Press, New Jersey.

- KRUGER, Anne O. (1974). “The Political Economy of the Rent-Seeking Society”, *The American Economic Review*, Vol. 64, No. 3 (Jun.), pp. 291-303.
- LAFARGUE, François (2009), “La Chine en Afrique: une réalité à nuance”, 10 de Agosto, Disponível em: <http://www.diploweb.com/La-Chine-en-Afrique-une-realite-a.html>, Acesso em 15 de Maio de 2013.
- LAL, Deepak (1985). *The Poverty of ‘Development Economics’*. Cambridge Mass, Harvard University Press.
- LERNER, D. (1968). “Modernization (social aspects)”, *International Encyclopedia of Social Sciences*.
- LEWIS, W. A. (1954), “Economic development with unlimited supplies of labor”, in *Manchester School*, vol 22, Reino Unido.
- LINDBERG, Leon N. (1963). *The Political Dynamics of European Economic Integration*, Stanford University Press.
- LINDBERG, Leon N. (1971) “Political integration as a multi dimensional phenomenon requiring multivariate measurement”. In: LINDBERG, Leon N. & SCHEINGOLD, Stuart A. (eds). *Regional integration. Theory and research*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- LITTLE, I. (1982). *Economic Development: Theory, Policy and International Relations*. New York, Basic Books.
- MALHOTRA, Naresh. K. (2009). *Marketing research: An Applied Orientation*, 6th ed., July, Prentice-Hall International, London, 846 p.
- MARSHALL, Catherine e ROSSMAN, Gretchen B.(2006). *Designing Qualitative Research*, Thousands Oaks: Sage Publication, 262 pages (4th edition).

MINPLAN (2008). Ministério do Planeamento de Angola.

MITRANY, David (1976). *The Functional Theory of Politics*, New York: St. Martin's Press.

MYNT, H. (1964). *The economics of developing countries*, Hutchinson University Library, London, Reino Unido.

NURKSE, Ragnar (1953). *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Oxford: Oxford University Press.

O' NEIL, Kate BALSIGER, Jörg e VANDEVEER Stacy D. (2005). “Actors, Norms, and Impact: Recent International Cooperation Theory and the Influence of the Agent-Structure Debate”, Department of Environmental Science, Policy and Management, Division of Society and Environment, University of California.

OECD - HE ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2005). “OECD Annual Report 2005. Disponível online em: <http://www.oecd.org/newsroom/34711139.pdf>, Acesso em 10 de Maio de 2013.

ONU - -Organização das Nações Unidas (2002). “Manuel de statistiques de la CNUCED”, CONFERENCE DES NATIONS UNIES SUR LE COMMERCE ET LE DEVELOPPEMENT, Genève, Disponível em: [http://unctad.org/fr/docs/tdstat27\\_enfr.pdf](http://unctad.org/fr/docs/tdstat27_enfr.pdf), Acesso em 21 de Maio de 2013.

ONU-Organização das Nações Unidas (1945). “Carta das Nações Unidas”, [http://www.oas.org/dil/port/1945\\_Carta\\_das\\_Nações\\_Unidas.pdf](http://www.oas.org/dil/port/1945_Carta_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas.pdf), Acesso em 15 de Maio de 2013.

ONU-Organização das Nações Unidas (1948). “Declaração Universal dos Direitos do Homem” <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, Acesso em 25 de Maio de 2013.

PACHECO (2012). “Fascículo de Relações Internacionais”.

PAUTASSO, Diego (2009). “Relações econômicas internacionais entre China e Angola”, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM.

PAUTASSO, Diego (2010). “Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica”, *Século XXI*, Porto Alegre, Vol. 1, Nº 1, jan. Dez.

POWELL, Robert (1991).” Absolute and Relative Gains in International Relations Theory”, *The American Political Science Review*, Vol. 85, No. 4 (Dec), pp. 1303-1320, Published by: American Political Science Association, <http://www.jstor.org/stable/1963947>, Acesso em 17/05/2013.

PROENÇA, Carlos E. Sangreman (2003). “As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, República da Guiné-Bissau, no período 1986-2001”, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, na especialidade de Política e Relações Internacionais em África, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, L. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 2ª Edição.

REIS, Elisabeth (1997). *Estatística multivariada aplicada*, Edições Sílabo, Lisboa, p. 341 p., ISBN: 9726181658.

RODRIK, Dani (2009). “Les chemins multiples de la croissance“, *Science Humaines*, Nº 206 – juillet, Dossier : Repenser le développement / L'éternel retour de l'âme 206.

SAGASTI, F. (1999). *Development Cooperation in a fractured global*, IDRC, Canada.

SANGREMAN, Carlos (2009). “A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa”, Documentos de

Trabalho Nº 80, CESA-Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

STIGLER, George J. (1982). "The Process and Progress of Economics," Nobel Prize in Economics documents 1982-1, Nobel Prize Committee.

VELHO, Gilberto (1999), *Individualismo e Cultura – Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VERGARA, Sylvia Constant (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Atlas Editora.

WALTZ, Kenneth Neal (1979). *Theory of international politics*, Addison-Wesley series in political science, Clinical Practice Series, Addison-Wesley Pub. Co., Universidade de Michigan, 251 p.

WILLIAMSON, J.G. (1993). 'Democracy and the 'Washington Consensus'', *World Development*, 21:1329-1336.

WILLIAMSON, J.G. (1999). "What Should the Bank Think About the Washington Consensus? Paper prepared as a background to the World Bank's World Development Report 2000 July 1999, Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=351>, Acesso em 01/04/2013.

WILLIAMSON, J.G. (2002). "Did the Washington Consensus Fail?", Outline of Remarks at the Centre for Strategic and International Studies, Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/williamson1102.htm>, Acesso em 01/04/201.

YIN (2009). *Case Study Research. Design and Method*, (4th Edition), Sage Publications, Inc., 240 p.



## **Apêndice**





# Apêndice A: Guião de Entrevista

## GUIÃO DA ENTREVISTA

### “IMPACTO DA COOPERAÇÃO ANGOLA-CHINA NA CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO”

Investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus - Universidade de Évora

#### Importância da Cooperação Chinesa em Angola

- Como vê a cooperação chinesa em Angola atualmente?
  
- Quais são as mais importantes qualidades e atributos que consideram associados à cooperação chinesa em Angola?
  - Qual a sua importância/prioridade?
  - Essa importância é reconhecida/por quem?
  
- .....

#### Mecanismos de Cooperação /Implementados

- O que conhece sobre as Linhas de crédito Chinesas?
  - Qual o seu papel na cooperação e na criação de infraestruturas?
  - Quem tem a responsabilidade de criar as infraestruturas e desenvolver o país?
  - Houve modificações na realização de projectos de infraestruturas com essas linhas de crédito?
  - Como é que a política angolana de diversificação afeta as relações Angola-China?
  - Considera existirem consequências políticas da utilização dessas Linhas de Crédito?

#### Benefícios Mútuos da Cooperação com a China

- Que tipo de benefícios provém das relações de cooperação com a China?
  - Os recursos disponibilizados para a realização de infraestruturas trazem benefícios mútuos?
  - Considera a China como um parceiro de desenvolvimento para Angola?
  - Considera estar a percentagem de 30% reservada às empresas angolanas a ser cumprido?

- Em que é que as linhas de crédito chinesas diferem de outras linhas de crédito disponíveis em Angola?
- Qual a diferença da China em comparação com outros atores externos em Angola?
- Considera que as linhas de crédito facilitaram o envio de petróleo para a China?
- Estão as empresas de construção chinesas sediadas em Angola?
- Como considera a qualidade da construção chinesa?
- Pensa que a construção chinesa proporcionará benefícios de longo prazo a Angola?
- Considera que o governo Angola tem uma participação ativa nas negociações com a China?

– Como é que avalia, em termos de benefícios mútuos a cooperação Angola–China?

### **Benefícios Mútuos de outras Cooperações Internacionais**

– Que outros países concedam Linhas de Crédito em Angola?

- De que forma essas Linhas de Crédito são diferentes das Chinesas?
- Há nessas Linhas de crédito algumas condições políticas associadas?
- São essas Linhas de Crédito suportadas pelas garantias do Fundo do Petróleo?
- Onde/Como foram usadas essas Linhas de Crédito?
- Foram usadas conforme o esperado?
- Quantos trabalhadores locais foram usados nos projectos oficialmente financiados por esses países terceiros?

### **Futuro**

– Como vê o futuro da cooperação Angola–China? Desafios?

– Qual a sua visão/ambiçãõ para o desenvolvimento do país/formas de desenvolvimentos e prioridades/critérios?

– Como é que a cooperação devia ser considerada face a esses objetivos e aos desafios futuros?

**Identifique as principais Forças / Fraquezas / Oportunidades / Ameaças da Cooperação Angola–China.**

## **Apêndice B: Texto da mensagem a solicitar a entrevista**

Exmo. Sr. ou Sr.<sup>a</sup>:

Sou estudante da Universidade de Évora, Portugal, do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus.

Para a realização da tese de Mestrado estou a desenvolver um estudo sobre o **IMPACTO DA COOPERAÇÃO ANGOLA-CHINA NA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO** para o qual a recolha de dados está a ser feita através de entrevista aos principais intervenientes e especialistas em cooperação e desenvolvimento em Angola, para a qual peço a sua colaboração. A entrevista deve ser pessoal (por respeito á metodologia científica a seguir) e a sua participação é muito importante para a realização deste trabalho e de grande valia para as conclusões a obter.

Atenciosamente,  
Ana Mititi Manuel Pascoal